

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	105
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	107
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	13.115.452	12.309.404
1.01	Ativo Circulante	3.010.329	2.849.930
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	168.329	182.558
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	168.329	182.558
1.01.02	Aplicações Financeiras	185.906	86.900
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	185.906	86.900
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	185.906	86.900
1.01.03	Contas a Receber	1.804.403	1.712.853
1.01.03.01	Clientes	1.804.403	1.712.853
1.01.03.01.01	Consumidores e outras contas a receber	2.587.459	2.393.477
1.01.03.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-783.056	-680.624
1.01.06	Tributos a Recuperar	578.871	630.970
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	578.871	630.970
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuição social compensáveis	26.813	0
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	552.058	630.970
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	272.820	236.649
1.01.08.03	Outros	272.820	236.649
1.01.08.03.01	Serviço em Curso	69.991	68.010
1.01.08.03.03	Outros créditos	139.409	116.595
1.01.08.03.04	Subvenção CDE - desconto tarifário	36.109	7.658
1.01.08.03.05	Ativo financeiro Setorial	27.311	30.022
1.01.08.03.06	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	14.364
1.02	Ativo Não Circulante	10.105.123	9.459.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.692.783	7.097.931
1.02.01.04	Contas a Receber	204.838	163.578
1.02.01.04.01	Consumidores e outras contas a receber	204.838	163.578
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	81.019
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	0	81.019
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.487.945	6.853.334
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados a litígios	52.800	48.011
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos	19.181	31.969
1.02.01.10.05	Benefício fiscal	13.745	16.715
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	5.859.566	4.939.453
1.02.01.10.08	Outros tributos compensáveis	207.845	484.731
1.02.01.10.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	44.050	15.235
1.02.01.10.11	Ativos contratuais	1.290.758	1.317.220
1.02.03	Imobilizado	76.702	67.342
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.678	57.774
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	24.654	22.227
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	30.024	35.547
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	22.024	9.568
1.02.04	Intangível	2.335.638	2.294.201
1.02.04.01	Intangíveis	2.335.638	2.294.201
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.039.364	2.105.457
1.02.04.01.02	Software	296.170	188.640

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1.02.04.01.03	Ativos contratuais	104	104

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	13.115.452	12.309.404
2.01	Passivo Circulante	4.733.534	4.162.838
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.771	58.483
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	50.771	58.483
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	50.771	58.483
2.01.02	Fornecedores	1.277.479	1.374.767
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.277.479	1.374.767
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	793.386	1.137.221
2.01.02.01.02	Fornecedores Estrangeiros	3.118	17.132
2.01.02.01.03	Partes relacionadas	480.975	220.414
2.01.03	Obrigações Fiscais	185.496	274.948
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43.154	108.196
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.474	68.064
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	38.680	40.132
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	139.309	163.690
2.01.03.02.01	Obrigações Fiscais Estaduais	139.309	163.690
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.033	3.062
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	3.033	3.062
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.401.191	1.466.544
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	472.392	1.129.131
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	348.413	223.966
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	123.979	905.165
2.01.04.02	Debêntures	1.928.799	337.413
2.01.04.02.01	Debêntures	1.928.799	337.413
2.01.05	Outras Obrigações	817.481	988.096
2.01.05.02	Outros	817.481	988.096
2.01.05.02.04	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	408.182	429.790
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	24.527	191.983
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos - swap	57.803	72.499
2.01.05.02.09	Benefícios pós-emprego	876	1.044
2.01.05.02.10	Outras obrigações	223.823	207.665
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	95.524	75.156
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	6.746	9.959
2.01.06	Provisões	1.116	0
2.01.06.02	Outras Provisões	1.116	0
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.116	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.139.599	4.189.664
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.430.764	3.192.568
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.550.279	1.766.389
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	676.701	712.228
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	873.578	1.054.161
2.02.01.02	Debêntures	1.880.485	1.426.179
2.02.01.02.01	Debêntures	1.880.485	1.426.179
2.02.02	Outras Obrigações	416.436	764.886
2.02.02.02	Outros	416.436	764.886
2.02.02.02.04	Outras obrigações fiscais	1.504	1.971

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	92.204	89.346
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	46.528	19.493
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	50.311	186.130
2.02.02.02.08	Outras obrigações	163	850
2.02.02.02.09	Instrumentos financeiros derivativos - swap	69.820	60.849
2.02.02.02.10	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	129.138	378.607
2.02.02.02.11	Obrigações por arrendamentos	26.768	27.640
2.02.03	Tributos Diferidos	40.938	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.938	0
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição Social Diferidos	40.938	0
2.02.04	Provisões	251.461	232.210
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	251.461	232.210
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	0	233
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	45.863	47.144
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	170.860	149.139
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	34.738	33.542
2.02.04.01.06	Provisões regulatórias	0	2.152
2.03	Patrimônio Líquido	4.242.319	3.956.902
2.03.01	Capital Social Realizado	1.282.347	1.085.347
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.282.347	1.085.347
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	2.329.722	2.526.721
2.03.04.01	Reserva Legal	48.846	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.047.562	1.047.562
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	1.233.314	1.430.314
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	286.923	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-15.344	-13.837
2.03.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-15.344	-13.837

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.102.544	6.474.257	2.202.772	6.345.866
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.647.191	-5.200.885	-1.974.531	-5.360.328
3.03	Resultado Bruto	455.353	1.273.372	228.241	985.538
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-82.555	-282.025	-52.917	-173.589
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.454	-19.104	-2.882	-7.175
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-44.317	-162.952	-39.095	-128.551
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-44.120	-151.793	-29.280	-111.476
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.336	51.824	18.340	73.613
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	372.798	991.347	175.324	811.949
3.06	Resultado Financeiro	-181.397	-574.248	-91.288	-331.421
3.06.01	Receitas Financeiras	28.600	147.465	99.041	236.721
3.06.01.01	Receitas Financeiras	28.454	146.305	97.038	231.833
3.06.01.02	Variações cambiais	146	1.160	2.003	4.888
3.06.02	Despesas Financeiras	-209.997	-721.713	-190.329	-568.142
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	191.401	417.099	84.036	480.528
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.210	-130.176	-3.678	-90.975
3.08.01	Corrente	-2.494	-4.474	-14.733	-98.652
3.08.02	Diferido	-50.716	-125.702	11.055	7.677
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	138.191	286.923	80.358	389.553
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	138.191	286.923	80.358	389.553
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,7749	3,6853	1,03215	5,00355
3.99.01.02	PNA	1,8814	3,9064	1,09406	5,30376
3.99.01.03	PNB	1,9524	4,0538	1,13541	5,50391
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,7749	3,6853	1,03215	5,00355
3.99.02.02	PNA	1,8814	3,9064	1,09406	5,30376

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.99.02.03	PNB	1,9524	4,0538	1,13541	5,50391

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	138.191	286.923	80.358	389.553
4.02	Outros Resultados Abrangentes	8.301	425	-6.680	-28.841
4.02.01	Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	0	0	0	963
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	0	0	0	-328
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	12.578	644	-10.122	-44.661
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	-4.277	-219	3.442	15.185
4.03	Resultado Abrangente do Período	146.492	287.348	73.678	360.712

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	343.429	671.050
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.253.171	1.007.592
6.01.01.01	Lucro líquido do período	286.923	389.553
6.01.01.03	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	130.888	100.147
6.01.01.04	Depreciação e amortização	394.702	278.020
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	420.944	71.425
6.01.01.06	Valor residual de intangível e imobilizado	30.021	1.747
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	128.672	-4.432
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros	36.195	16.952
6.01.01.10	Obrigações com benefício pós-emprego	7.263	6.145
6.01.01.11	Perda de recebíveis de clientes	20.905	11.329
6.01.01.13	Receita do ativo indenizável	-355.954	-136.977
6.01.01.16	Ativos e passivos financeiros setoriais	-19.133	92.570
6.01.01.17	Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	185.738	151.988
6.01.01.18	Marcação a mercado da dívida	-13.993	29.125
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-598.515	198.183
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-284.603	-214.866
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-28.451	23.499
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-26.813	62.588
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	355.798	91.788
6.01.02.08	Depósitos vinculados	-4.789	-1.244
6.01.02.09	Outros Ativos	-24.795	61.856
6.01.02.10	Fornecedores	-97.288	19.481
6.01.02.11	Salários, provisões e encargos sociais	-7.712	1.468
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-66.559	239.850
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais	-26.329	-33.265
6.01.02.14	Ativos financeiros setoriais	21.844	-72.574
6.01.02.15	Obrigações com benefício pós-emprego	-7.501	-7.892
6.01.02.16	Encargos Setoriais	45.168	-21.558
6.01.02.17	Provisão para processos judiciais e outros	-55.060	-62.643
6.01.02.18	Outros passivos	15.471	68.082
6.01.02.19	Passivos financeiros setoriais	-135.819	0
6.01.02.20	Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	-271.077	43.613
6.01.03	Outros	-311.227	-534.725
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-240.226
6.01.03.02	Pagamento de juros (encargos de dívidas e debentures), deduzido dos juros capitalizados	-277.960	-193.263
6.01.03.04	Pagamentos de juros de instrumento derivativo	-29.822	-96.068
6.01.03.05	Pagamentos de juros de arrendamento	-3.445	-5.168
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.094.584	-1.484.472
6.02.01	Aplicações no intagível e imobilizado	-1.008.366	-1.479.820
6.02.02	Cauções e depósitos	12.788	-862
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-99.006	-3.790
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	736.926	825.339
6.03.01	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-1.901.861	-1.192.555

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.03.05	Pagamento parcelamento especial	0	-3.237
6.03.06	Captação de empréstimos e financiamentos	2.990.979	2.059.119
6.03.07	Captação de debêntures	-175.448	-22.816
6.03.08	Pagamento de dividendos	-167.456	0
6.03.09	Pagamentos de arrendamento financeiro (principal)	-9.288	-15.172
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.229	11.917
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	182.558	204.316
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	168.329	216.233

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.085.347	358.671	2.526.721	0	-13.837	3.956.902
5.04	Transações de Capital com os Sócios	197.000	0	-197.000	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	197.000	0	-197.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	286.923	-1.507	285.416
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	286.923	0	286.923
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.507	-1.507
5.05.02.06	Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	644	644
5.05.02.07	Tributos diferidos s/instrumentos financeiros derivativos - swap	0	0	0	0	-219	-219
5.05.02.09	Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-2.927	-2.927
5.05.02.10	Tributos diferidos s/ benefícios pós-emprego	0	0	0	0	995	995
5.07	Saldos Finais	1.282.347	358.671	2.329.721	286.923	-15.344	4.242.318

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	914.346	358.671	2.220.037	0	-6.249	3.486.805
5.04	Transações de Capital com os Sócios	171.001	0	-308.001	0	0	-137.000
5.04.01	Aumentos de Capital	171.001	0	-171.001	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-137.000	0	0	-137.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	389.553	-28.841	360.712
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	389.553	0	389.553
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-28.841	-28.841
5.05.02.06	Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	0	0	0	0	963	963
5.05.02.07	Tributos diferidos s ganho de obrigações com benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-328	-328
5.05.02.08	Ganho(Perda) em instrumento financeiro derivativo	0	0	0	0	-44.661	-44.661
5.05.02.09	Tributos diferidos s/ instrumento financeiro	0	0	0	0	15.185	15.185
5.07	Saldos Finais	1.085.347	358.671	1.912.036	389.553	-35.090	3.710.517

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	8.719.645	9.209.236
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.806.774	7.748.891
7.01.02	Outras Receitas	52.734	73.790
7.01.02.02	Outras Receitas	52.734	73.790
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	991.025	1.486.702
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-130.888	-100.147
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.127.352	-5.404.651
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.971.635	-5.289.003
7.02.04	Outros	-155.717	-115.648
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-155.717	-115.648
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.592.293	3.804.585
7.04	Retenções	-394.701	-278.020
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-394.701	-278.020
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.197.592	3.526.565
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	146.305	328.731
7.06.02	Receitas Financeiras	146.305	328.731
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.343.897	3.855.296
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.343.897	3.855.296
7.08.01	Pessoal	186.191	156.542
7.08.01.01	Remuneração Direta	118.721	101.028
7.08.01.02	Benefícios	31.017	22.539
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.950	4.134
7.08.01.04	Outros	29.503	28.841
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	8.999	8.106
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	6.347	6.007
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	14.157	14.728
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.135.654	2.633.288
7.08.02.01	Federais	972.246	1.148.676
7.08.02.02	Estaduais	1.156.219	1.477.599
7.08.02.03	Municipais	7.189	7.013
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	735.129	675.913
7.08.03.01	Juros	137.910	161.992
7.08.03.02	Aluguéis	13.416	15.761
7.08.03.03	Outras	583.803	498.160
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	286.923	389.553
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	286.923	389.553

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

Fortaleza, 25 de outubro de 2023 – A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do terceiro trimestre (“3T23”), e dos nove primeiros meses do ano (“9M23”).

DESTAQUES**DESTAQUES DO PERÍODO**

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Receita Bruta (R\$ mil)	2.874.046	2.941.447	-2,3%	2.963.461	-3,0%	8.797.799	9.235.592	-4,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.102.544	2.202.772	-4,6%	2.142.706	-1,9%	6.474.257	6.345.866	2,0%
EBITDA (2) (R\$ mil)	497.461	243.425	>100,0%	433.617	14,7%	1.362.253	1.069.211	27,4%
Margem EBITDA (%)	23,66%	11,05%	12,61 p.p	20,24%	3,42 p.p	21,04%	16,85%	4,19 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção	26,62%	15,81%	10,81 p.p	23,84%	2,78 p.p	24,84%	22,00%	2,84 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)	372.798	175.324	>100,0%	308.347	20,9%	991.347	811.949	22,1%
Margem EBIT (%)	17,73%	7,96%	9,77 p.p	14,39%	3,34 p.p	15,31%	12,79%	2,52 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	138.190	80.358	72,0%	69.616	98,5%	286.923	389.553	-26,3%
Margem Líquida	6,57%	3,65%	2,92 p.p	3,25%	3,32 p.p	4,43%	6,14%	-1,71 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	7,39%	5,22%	2,17 p.p	3,83%	3,56 p.p	5,23%	8,02%	-2,79 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	3.248	3.116	4,2%	3.236	0,4%	9.575	9.271	3,3%
CAPEX (R\$ mil)*	237.618	464.356	-48,8%	395.449	-39,9%	1.123.724	1.184.962	-5,2%
DEC (12 meses)*	9,31	10,64	-12,5%	9,42	-1,2%	9,31	10,64	-12,5%
FEC (12 meses)*	3,97	4,34	-8,5%	4,04	-1,7%	3,97	4,34	-8,5%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,32%	97,32%	1,00 p.p	98,45%	-0,13 p.p	-	-	-
Perdas de Energia (12 meses)*	16,51%	16,38%	0,13 p.p	16,38%	0,13 p.p	16,51%	16,38%	0,13 p.p
PMSO (4) / Consumidor*	70,40	53,74	31,0%	82,43	-14,6%	233,79	173,39	34,8%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: resultado do serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 4,2 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,2 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	3T23	3T22	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	156.674	153.916	1,8%
Linhas de Transmissão (Km)	5.605	5.464	2,6%
Subestações (Unid.)	127	121	5,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.901	12.651	2,0%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	4,82%	5,38%	-0,56 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,49%	2,49%	-

(1) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADDEE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



¹ Estimativa do número de Habitantes de Ceará de acordo com a projeção da população divulgada anualmente pelo IBGE

* Dados prévios referente ao 3T23.

Divulgação de Resultados

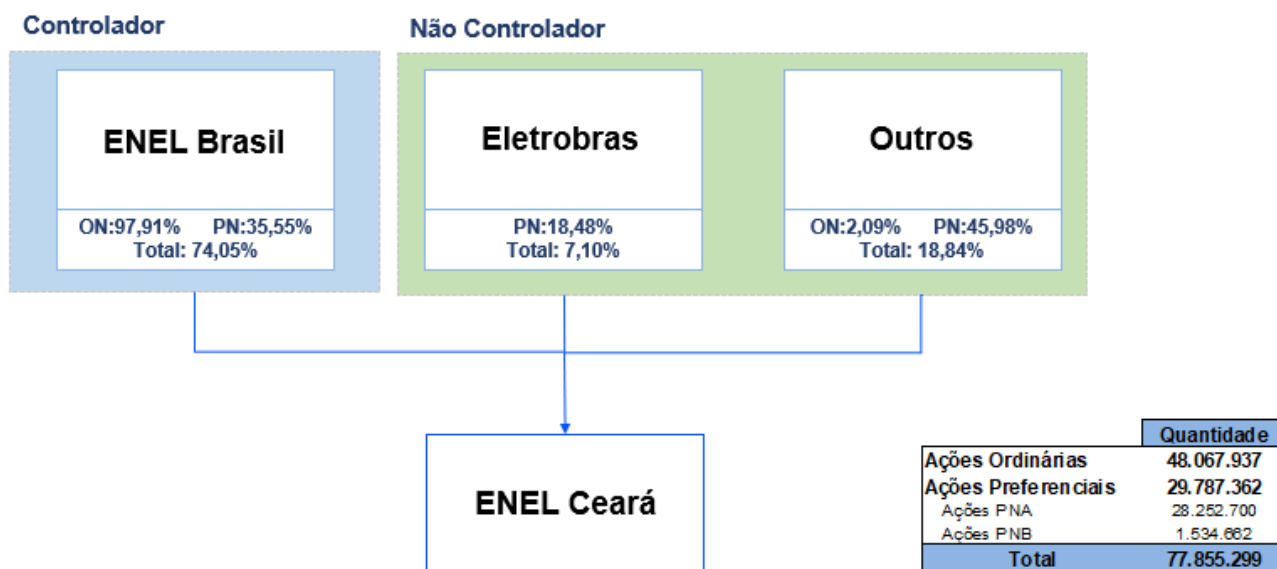
Comentário do Desempenho 9M23 e 9M22



2 PERFIL CORPORATIVO

Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de setembro de 2023



3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Mercado Cativo	4.258.101	4.311.340	-1,2%	4.253.995	0,1%	4.258.101	4.311.340	-1,2%
Residencial - Convencional	2.107.029	2.487.867	-15,3%	2.187.177	-3,7%	2.107.029	2.487.867	-15,3%
Residencial - Baixa Renda	1.391.921	1.031.991	34,9%	1.300.061	7,1%	1.391.921	1.031.991	34,9%
Industrial	5.725	5.866	-2,4%	5.742	-0,3%	5.725	5.866	-2,4%
Comercial	182.547	182.045	0,3%	182.341	0,1%	182.547	182.045	0,3%
Rural	518.403	551.284	-6,0%	527.780	-1,8%	518.403	551.284	-6,0%
Setor Público	52.476	52.287	0,4%	50.894	3,1%	52.476	52.287	0,4%
Clientes Livres	859	675	27,3%	804	6,8%	859	675	27,3%
Industrial	230	194	18,6%	219	5,0%	230	194	18,6%
Comercial	598	466	28,3%	555	7,7%	598	466	28,3%
Rural	21	10	>100,0%	20	5,0%	21	10	>100,0%
Setor Público	10	5	100,0%	10	-	10	5	100,0%
Revenda	2	2	-	2	-	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	4.258.962	4.312.017	-1,2%	4.254.801	0,1%	4.258.962	4.312.017	-1,2%

A Companhia encerrou o 3T23 com uma queda de 1,2% em relação à quantidade de consumidores efetivos faturados registrados no 3T22. A queda observada no mercado cativo entre os períodos analisados está concentrada na classe residencial convencional.

Tal queda é parcialmente atribuída ao efeito da migração de clientes da classe Residencial Convencional pela implementação da resolução normativa 953/2021 da Aneel, que passou a vigorar em 2022, e tornou obrigatório a atualização cadastral e o enquadramento automático de clientes aptos a adesão em tal categoria. Além deste efeito, observou-se no período uma migração de clientes convencionais para a Geração Distribuída.

O mercado livre, que segue em tendência de crescimento, apresentou um aumento de 27,3% em relação ao total de consumidores livres efetivos faturados no mesmo período do ano anterior, reflexo da migração de clientes do mercado cativo e retomada das atividades pós-período restritivo da pandemia.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho 3T23 e 9M23



Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Mercado Cativo	2.505	2.371	5,7%	2.480	1,0%	7.394	7.185	2,9%
Clientes Livres	744	720	3,3%	738	0,8%	2.157	2.048	5,4%
Revenda	3	3	-	3	-	10	9	11,1%
Consumo Próprio	(5)	23	<-100,0%	15	<-100,0%	14	29	-51,7%
Total - Venda e Transporte de Energia	3.247	3.117	4,2%	3.236	0,3%	9.575	9.270	3,3%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Residencial - Convencional	841	906	-7,2%	913	-7,9%	2.658	2.829	-6,0%
Residencial - Baixa Renda	491	314	56,4%	433	13,4%	1.302	855	52,3%
Industrial	111	135	-17,8%	110	0,9%	330	388	-14,9%
Comercial	348	366	-4,9%	366	-4,9%	1.070	1.132	-5,5%
Rural	304	281	8,2%	259	17,4%	850	823	3,3%
Setor Público	409	369	10,8%	398	2,8%	1.184	1.158	2,2%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.505	2.371	5,7%	2.480	1,0%	7.394	7.185	2,9%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

O mercado cativo totalizou 2.505 GWh no 3T23, aumento de 5,7% do volume registrado no 3T22 (2.371 GWh), reflexo das condições climáticas adversas registradas no ano de 2022 que distorceu a análise. Cabe ressaltar que o crescimento se deu mesmo em um cenário de aumento significativo das instalações de painéis solares na região. No acumulado do 9M23 o incremento foi de 2,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior, também justificado pelas condições climáticas atípicas em 2022.

A classe Residencial Baixa Renda apresentou no 3T23 uma alta de 56,4% se comparado ao mesmo período de 2023. Em contrapartida, a classe Residencial Convencional apresentou uma queda de 7,2% vis-à-vis o 3T22, ambos são explicados pelo reflexo da migração entre classes abordada acima e pela intensificação do cadastramento dos consumidores baixa renda, além da migração de clientes convencionais para Geração Distribuída. No 9M23 o efeito foi bem parecido, houve um crescimento de 52,3% vis-à-vis o 9M22 devido aos fatores já mencionados.

A classe industrial apresentou redução de 17,8% no 3T23 em comparação ao 3T22, explicado por uma deterioração econômica ocasionada pelas altas taxas de juros, queda de consumo em alguns dos principais setores: Têxtil (-2%), Minerais não Metálicos (-8%), Metalurgia (-27%) e Bebidas (-2%), além da migração destes clientes para o mercado livre. Já no 9M23 houve uma queda de 14,9% vis-à-vis o 9M22 devido aos fatores já mencionados.

Na classe comercial, o 3T23 apresentou uma redução de 4,9% comparado ao mesmo período em 2022, decorrente da migração desses clientes para o mercado livre e restrição ao crédito. Já no 9M23 a queda foi ainda maior atingindo -5,5% quando comparado ao 9M22.

Já a classe Rural registrou um aumento de 8,2% no 3T23 vis-à-vis o mesmo período do ano anterior, atribuído parcialmente a redução no volume de chuvas em comparação ao ano anterior. No acumulado dos nove meses de 2023 houve uma alta de 3,3% frente o 9M22.

Clientes Livres

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Industrial	480	498	-3,6%	484	-0,8%	1.397	1.388	0,6%
Comercial	229	192	19,3%	221	3,6%	660	568	16,2%
Rural	7	5	40,0%	6	16,7%	18	14	28,6%
Setor Público	28	26	7,7%	27	3,7%	82	78	5,1%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	744	720	3,3%	738	0,8%	2.157	2.048	5,3%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

Divulgação de Resultados**Comentário de Desempenho**

O aumento no volume de energia aos clientes livres é atribuído, principalmente, à migração de clientes cativos comerciais e industriais para este mercado.

Compra de Energia²**COMPRA DE ENERGIA (GWH)***

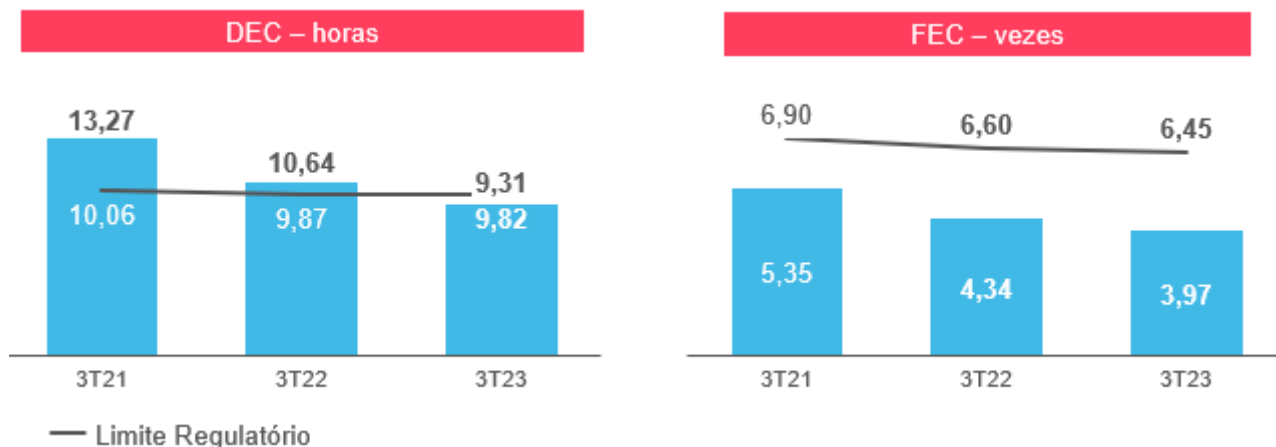
	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	678	678	-	671	1,0%	2.012	2.012	-
Angra 1 e 2	104	103	1,0%	103	1,0%	309	305	1,3%
PROINFA	59	63	-6,3%	55	7,3%	167	171	-2,3%
Leilões e Quotas	2.206	2.755	-19,9%	2.152	2,5%	6.537	8.152	-19,8%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.258	3.241	0,5%	3.184	2,3%	9.649	9.576	0,8%
Liquidação na CCEE	(46)	(158)	-70,9%	(20)	>100,0%	(171)	(453)	-62,3%
Total - Compra de Energia	3.212	3.082	4,2%	3.164	1,5%	9.478	9.124	3,9%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

Balanco de Energia²**BALANCO DE ENERGIA***

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	4.216	4.086	3,2%	4.002	5,3%	12.117	11.315	7,1%
Energia distribuída (GWh)	3.474	3.384	2,7%	3.374	3,0%	10.076	9.496	6,1%
Mercado Cativo	2.727	2.656	2,7%	2.633	3,6%	7.910	7.464	6,0%
Mercado Livre	748	728	2,7%	741	0,9%	2.166	2.032	6,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (GWh)	742	702	5,7%	627	18,3%	2.041	1.819	12,2%
Perdas na Distribuição - Sistema Coelce (%)	17,59%	17,18%	0,41 p.p	15,68%	1,91 p.p	16,84%	16,08%	0,76 p.p

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

Indicadores Operacionais**Qualidade do Fornecimento³**

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. No 3T23 o DEC apresentou uma queda de 12,5% em relação ao 3T22, ficando novamente abaixo do limite regulatório que é de 9,82 confirmando a trajetória de queda registrada nos últimos anos. Já o FEC do 3T23 apresentou uma redução de 8,5% em relação ao 3T22.

As melhorias observadas nos indicadores de qualidade são resultantes de ações complementares ao nosso plano de manutenção (poda, manutenção de defeitos), finalização do plano de automação (*self healing*) e finalização da migração da comunicação dos telecontroles para satélite. É importante pontuar que o período de chuva no estado do Ceará foi acima da média em 2022, assim como as rajadas de vento e descargas

² Dados prévios referente ao 3T23.

³ Dados prévios referente ao 3T23

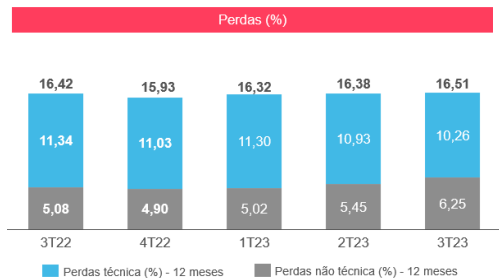
Divulgação de Resultados

Comentário de Desempenho Trimestres 9M23 e 9M22



atmosféricas. Adicionalmente fizemos um forte trabalho na redução dos atendimentos improdutivos com foco na melhoria da eficiência no atendimento emergencial.

Disciplina de Mercado – Perdas ⁽³⁾ ⁽⁴⁾



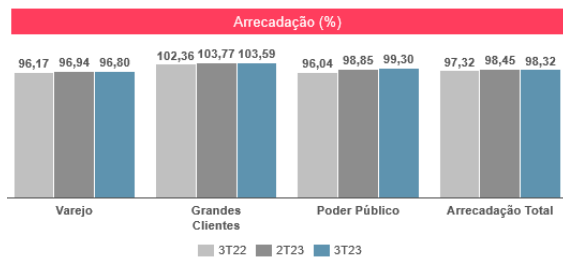
As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (acumulada em 12 meses) alcançaram 16,51% no 3T23, um aumento de 0,09p.p. em relação às perdas registradas em 3T22, de 16,42%. Essa variação é atribuída ao aumento da energia injetada, superando aos níveis pré-pandemia, acarretando maiores níveis de perdas técnicas.

Quando comparado ao 2T23, observa-se uma ligeira alta em decorrência parcialmente da mudança nas perdas reconhecidas com efeito a partir da revisão tarifária que aconteceu em abril/23.

Basicamente o efeito reduziu o reconhecimento em perdas técnicas e aumentou em perdas não técnicas.

O plano de combate as perdas de energia da Enel Ceará mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita, principalmente com projetos de inspeções em clientes do grupo B e A, na recuperação de clientes cortados/auto religados e sem contrato ativo irregulares (operações do ciclo comercial), mapeamento e conexão de consumidores clandestinos. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 162 GWh de energia Follow UP e de 113 GWh de consumo não faturado, no ano 2023.

Arrecadação³



Em relação ao indicador de arrecadação, houve uma melhora generalizada se comparado ao mesmo período do ano anterior, essa evolução é atribuída as atuações que a Companhia vem realizando em B2C e B2B e ações administrativas de corte.

A companhia tem realizado com êxito atividades de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização de canais digitais de pagamento, PIX, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto. Adicionalmente, também estamos obtendo êxito em reduzir as dívidas mais antigas. Nesse período algumas faturas que tiveram vencimento no final do mês de setembro foram contabilizadas no mês de outubro, afetando parcialmente o resultado de cobrabilidade no período com efeito positivo no quarto trimestre de 2023. Cabe destacar que o Estado do Ceará possui um dos maiores índices de inadimplência por habitante do Brasil, sendo as contas básicas de consumo um dos principais itens da lista de inadimplemento.

³ Dados prévios referente ao 3T23

⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

Divulgação de Resultados

Comentário de Desempenho 3T23 e 9M23



DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Fornecimento de Energia Elétrica	2.053.080	1.880.814	9,2%	2.006.179	2,3%	6.001.857	6.101.530	-1,6%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(18.178)	(9.704)	87,3%	(14.154)	28,4%	(45.327)	(28.826)	57,2%
Subvenção baixa renda	119.419	79.341	50,5%	100.743	18,5%	311.604	200.140	55,7%
Subvenção de recursos da CDE	70.445	53.309	32,1%	34.701	>100,0%	175.344	168.286	4,2%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.224.766	2.003.760	11,0%	2.127.469	4,6%	6.443.478	6.441.130	0,0%
Ativos e passivos financeiros setoriais	151.045	138.630	9,0%	177.983	-15,1%	471.848	637.876	-26,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	130.204	130.093	0,1%	127.902	1,8%	380.348	349.550	8,8%
Receita de construção	233.787	662.936	-64,7%	323.919	-27,8%	991.025	1.486.702	-33,3%
Venda de Energia Excedente - MVE	-	23.267	-100,0%	8.462	-100,0%	17.091	59.825	-71,4%
Marcação a mercado de ativo indenizável	90.472	(57.989)	<-100,0%	149.932	-39,7%	355.954	136.977	>100,0%
Outras receitas	43.772	40.750	7,4%	47.794	-8,4%	138.055	123.532	11,8%
Total - Receita Operacional Bruta	2.874.046	2.941.447	-2,3%	2.963.461	-3,0%	8.797.799	9.235.592	-4,7%
ICMS	(388.020)	(396.038)	-2,0%	(396.405)	-2,1%	(1.155.891)	(1.477.524)	-21,8%
COFINS - corrente	(146.672)	(150.876)	-2,8%	(181.135)	-19,0%	(485.904)	(476.121)	2,1%
PIS - corrente	(31.843)	(32.756)	-2,8%	(39.325)	-19,0%	(105.492)	(103.368)	2,1%
ISS	(1.317)	(1.643)	-19,8%	(1.689)	-22,0%	(4.691)	(5.031)	-6,8%
Total - Tributos	(567.852)	(581.313)	-2,3%	(618.554)	-8,2%	(1.751.978)	(2.062.044)	-15,0%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(17.605)	(15.744)	11,8%	(16.446)	7,0%	(50.617)	(46.487)	8,9%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(183.565)	(140.285)	30,9%	(183.566)	-0,0%	(513.897)	(425.483)	20,8%
Encargos do consumidor - CCRBT	144	1.358	-89,4%	434	-66,8%	888	(348.072)	<-100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.624)	(2.691)	-2,5%	(2.623)	0,0%	(7.938)	(7.640)	3,9%
Total - Encargos Setoriais	(203.650)	(157.362)	29,4%	(202.201)	0,7%	(571.564)	(827.682)	-30,9%
Total - Deduções da Receita	(771.502)	(738.675)	4,4%	(820.755)	-6,0%	(2.323.542)	(2.889.726)	-19,6%
Total - Receita Operacional Líquida	2.102.544	2.202.772	-4,6%	2.142.706	-1,9%	6.474.257	6.345.866	2,0%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou uma queda de 4,6% no 3T23 em relação ao 3T22. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 3T23, atingiu o montante de R\$ 1.868,8 milhões, alta de R\$ 328,9 milhões em relação ao 3T22, cujo montante foi de R\$ 1.539,8 milhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 172,3 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 3T22, devido a um maior consumo registrado no período tendo em vista a normalização das chuvas em todo estado e, principalmente, pela melhora do mix com aumento no consumo da classe residencial.
- Aumento na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 148,5 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, principalmente em razão da deflação ocorrida no 3T22, reduzindo a base de comparação, além do aumento da base de ativos em decorrência da revisão tarifária.
- Aumento dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos, em R\$ 12,4 milhões relacionado com uma maior constituição de ativos setoriais regulatórios reflexo do reajuste tarifário, gerando um aumento nas amortizações nos períodos analisados.
- Redução de R\$ 13,5 milhões no total de tributos no 3T23 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 8,0 milhões);

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 23,3 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Aumento de R\$ 43,3 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, aumento das cotas de empréstimos em encargos setoriais (Empréstimo Conta Covid e Escassez Hídrica).

No acumulado do 9M23, a receita operacional líquida da Enel Distribuição Ceará apresentou um aumento de 2,0% em relação ao 9M22. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 9M23, atingiu o montante de R\$ 5.483,2 milhões, alta de R\$ 624,1 milhões em relação ao 9M22, cujo montante foi de R\$ 4.859,2 milhões. O aumento da receita operacional líquida é resultado dos seguintes efeitos:

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho 9M23 e 9M22**

- Aumento na rubrica de marcação a mercado de ativo indenizável no total de R\$ 219,0 milhões referente a atualização da base do ativo indenizável, principalmente em razão da deflação ocorrida no 1S22, reduzindo a base de comparação, além do aumento da base de ativos em decorrência da revisão tarifária.
- Aumento de R\$ 30,8 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), parcialmente explicado pelo aumento do consumo nesta classe;
- Redução de R\$ 348,9 milhões na rubrica Conta de Encargos do consumidor – CCRBT relacionada com as bandeiras tarifárias. No 1S22 prevaleceu a bandeira de escassez hídrica até meados de abril;
- Redução de R\$ 310,1 milhões no total de tributos no 9M23 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente na linha de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022 (redução de R\$ 321,6 milhões);

Compensado parcialmente pelos seguintes fatores:

- Redução de R\$ 99,7 milhões na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação ao 9M22 em decorrência dos efeitos da bandeira de escassez hídrica que se manteve vigente até meados de abril de 2022 e, parcialmente devido a menor arrecadação em relação ao ano passado em decorrência da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022.
- Redução de R\$ 166,0 milhões na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial relacionada com uma menor constituição de ativos setoriais regulatórios, pela melhora do cenário hidrológico, impactando na redução dos custos.
- Redução na linha de Venda de Energia Excedente – MVE num montante de R\$ 42,7 milhões, como resultado, do menor PLD em 2022;
- Crescimento de R\$ 88,4 milhões na rubrica de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, devido ao aumento das cotas de empréstimos em encargos setoriais (Empréstimo Conta Covid e Escassez Hídrica).

Custos e Despesas Operacionais**CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)**

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda	(866.613)	(864.957)	0,2%	(847.542)	2,3%	(2.534.892)	(2.489.428)	1,8%
Encargos do uso do sistema de transmissão	(192.923)	(190.382)	1,3%	(205.403)	-6,1%	(606.310)	(543.645)	11,5%
Total - Não gerenciáveis	(1.059.536)	(1.055.339)	0,4%	(1.052.945)	0,6%	(3.141.202)	(3.033.073)	3,6%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(53.178)	(31.548)	68,6%	(51.739)	2,8%	(146.329)	(118.646)	23,3%
Material e Serviços de Terceiros	(172.012)	(158.369)	8,6%	(205.714)	-16,4%	(583.335)	(501.645)	16,3%
Depreciação e Amortização	(124.663)	(68.101)	83,1%	(125.270)	-0,5%	(370.906)	(257.262)	44,2%
Custo na desativação de bens	(28.677)	(1.661)	>100,0%	2.350	<-100,0%	(33.724)	(893)	>100,0%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(34.837)	(27.643)	26,0%	(45.982)	-24,2%	(130.888)	(100.147)	30,7%
Custo de Construção	(233.787)	(662.936)	-64,7%	(323.919)	-27,8%	(991.025)	(1.486.702)	-33,3%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(2.966)	(2.789)	6,3%	(24.651)	-88,0%	(36.195)	(16.952)	>100,0%
Perda de recebíveis de clientes	(9.283)	(1.637)	>100,0%	(6.190)	50,0%	(20.905)	(11.329)	84,5%
Receita de multas por impontualidade de clientes	16.735	15.872	5,4%	16.159	3,6%	49.647	67.603	-26,6%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(27.542)	(33.297)	-17,3%	(16.458)	67,3%	(78.048)	(74.871)	4,2%
Total - Gerenciáveis	(670.210)	(972.109)	-31,1%	(781.414)	-14,2%	(2.341.708)	(2.500.844)	-6,4%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(1.729.746)	(2.027.448)	-14,7%	(1.834.359)	-5,7%	(5.482.910)	(5.533.917)	-0,9%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

Os custos e despesas operacionais no 3T23 em relação ao 3T22 apresentaram uma queda de 14,7% ou R\$ 297,7 milhões. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no trimestre alcançaram o montante de R\$ 1.495,9 milhões, alta de 9,6% ou R\$ 131,4 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 1.364,5 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- As despesas gerenciáveis apresentaram uma queda de R\$ 301,9 milhões no trimestre (excluindo o efeito do custo de construção o efeito seria o inverso, registrando um aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 127,3 milhões). Esse aumento é explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 21,6 milhões na linha de Pessoal em função da contratação de novos eletricitistas; (ii) aumento de R\$ 13,6 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em virtude dos ajustes de preços matriciais e reequilíbrios de preços dos contratos; (iii) aumento de R\$ 7,2 milhões na linha de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa no

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho Trimestre 3T23 e 9M23



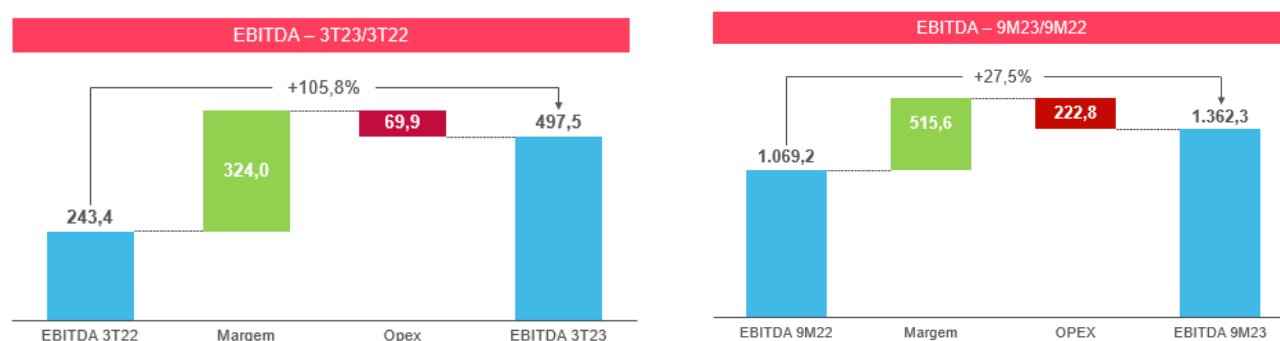
trimestre parcialmente explicado pelo aumento do faturamento do período e pelo envelhecimento da dívida; (iv) Aumento de R\$ 56,6 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; e (iv) Aumento de R\$ 27,0 milhões na linha de custo na desativação de bens decorrentes a baixas do processo de revisão tarifária.

- No 3T23, os custos e despesas não-gerenciáveis mantiveram-se estáveis quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado do ano, os custos e despesas operacionais apresentaram uma queda marginal de 0,9% em comparação ao 9M22. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas operacionais da Companhia no 9M23 alcançaram o montante de R\$ 4.491,9 milhões, alta de 11,0% ou R\$ 444,7 milhões em relação ao registrado no mesmo período no ano anterior, de R\$ 4.047,2 milhões. Este resultado reflete principalmente as seguintes variações:

- Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis de R\$ 108,1 milhões no 9M23 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento de 3,6%, está relacionado ao aumento nas seguintes rubricas (i) Energia Elétrica comprada para revenda, em um montante de R\$ 45,5 milhões em função do aumento do volume de energia distribuída, e (ii) Encargos do uso do sistema de transmissão no valor R\$ 62,7 milhões.
- No 9M23 as despesas gerenciáveis apresentaram uma queda de R\$ 159,1 milhões (excluindo o efeito do custo de construção, houve um aumento nos custos e despesas gerenciáveis de R\$ 336,5 milhões). Esse incremento é explicado principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 27,7 milhões na despesa de pessoal tendo em vista o pagamento da participação nos resultados e contratação de novos eletricitas, (ii) aumento de R\$ 81,7 milhões na linha de Material e Serviços de Terceiros em virtude dos ajustes de preços matriciais e reequilíbrios de preços dos contratos; (iii) aumento de R\$ 32,8 milhões na linha de custo de desativação de bens decorrentes a baixas do processo de revisão tarifária. (iv) aumento de R\$ 30,7 milhões na linha de Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa, devido ao aumento do envelhecimento da dívida; (iii) Aumento de R\$ 113,6 milhões na linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária; e (iv) Aumento de R\$ 19,2 milhões na linha de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhista atribuído ao maior volume de ações no período.

EBITDA



O EBITDA da Enel Ceará no 3T23 atingiu o montante de R\$ 497,5 milhões, o que representa uma alta de R\$ 254,1 milhões em relação ao 3T22. A margem EBITDA da Companhia no 3T23 foi de 23,7%, um crescimento de 12,6 p.p. em relação ao mesmo período. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia trimestre foi de 26,6%, o que representa um aumento de 10,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Seguindo na mesma linha, o EBITDA da Enel Ceará no acumulado do 9M23 atingiu o montante de R\$ 1.362,3 milhões, o que representa um incremento de R\$ 293,0 milhões em relação ao 9M22. A margem EBITDA da Companhia no 9M23 foi de 21,04%, uma alta de 4,19 p.p. em relação ao mesmo período. A margem EBITDA ex-receita de construção da Companhia no semestre foi de 24,84%, representa um incremento de 2,84 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Divulgação de Resultados

Comentário de Desempenho 3T23 e 9M23



Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de aplicação financeira	13.990	7.220	93,8%	6.455	>100,0%	33.419	17.733	88,5%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	14.962	16.996	-12,0%	16.479	-9,2%	48.736	39.264	24,1%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(10.595)	75.438	<-100,0%	(2.245)	>100,0%	30.448	174.403	-82,5%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	10.613	(789)	<-100,0%	1.191	>100,0%	19.842	207	>100,0%
Dívida - Marcação a mercado	(191)	-	-	7.289	<-100,0%	13.993	-	-
Outras receitas financeiras	994	3.060	-67,5%	1.705	-41,7%	5.854	11.766	-50,2%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.319)	(4.887)	-73,0%	(1.115)	18,3%	(5.987)	(11.540)	-48,1%
Total - Receitas Financeiras	28.454	97.038	-70,7%	29.759	-4,4%	146.305	231.833	-36,9%
Despesas financeiras								
Variações monetárias de Dívidas e debêntures	(4.692)	11.940	<-100,0%	(22.729)	-79,4%	(66.071)	(52.826)	25,1%
Encargos de Dívidas e debêntures	(143.529)	(69.746)	>100,0%	(111.048)	29,2%	(354.026)	(200.176)	76,9%
Marcação a mercado de Dívida	(8.404)	(29.125)	-71,1%	(7.520)	11,8%	(21.571)	(29.125)	-25,9%
Encargos fundo de pensão	(2.138)	(1.895)	12,8%	(2.138)	-	(6.414)	(5.687)	12,8%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(2.784)	(42.021)	-93,4%	(5.810)	-52,1%	(49.581)	(81.833)	-39,4%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(346)	(8.884)	-96,1%	(25.606)	-98,6%	(39.232)	(28.757)	36,4%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(36.473)	(39.855)	-8,5%	(43.879)	-16,9%	(132.147)	(132.247)	-0,1%
Atualizações de impostos, P&D/PEE	(1.543)	(2.061)	-25,1%	(2.547)	-39,4%	(12.699)	(6.131)	>100,0%
Outras despesas financeiras	(10.088)	(8.682)	16,2%	(12.232)	-17,5%	(39.971)	(31.360)	27,5%
Total - Despesas Financeiras	(209.997)	(190.329)	10,3%	(233.509)	-10,1%	(721.712)	(568.142)	27,0%
Variações Cambiais	146	2.003	-92,7%	1.039	-85,9%	1.160	4.888	-76,3%
Variações cambiais - Empréstimos	(35.263)	(51.546)	-31,6%	80.904	<-100,0%	73.821	20.441	>100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	35.243	51.100	-31,0%	(79.601)	<-100,0%	(73.432)	(19.949)	>100,0%
Outras Variações Cambiais	166	2.449	-93,2%	(264)	<-100,0%	771	4.396	-82,5%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(181.397)	(91.288)	98,7%	(202.711)	-10,5%	(574.247)	(331.421)	73,3%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

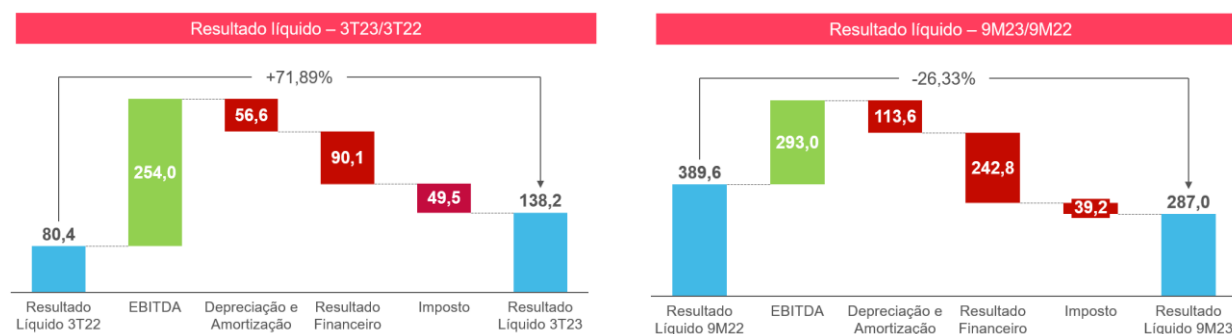
O Resultado Financeiro Líquido da Companhia encerrou o 3T23 com uma despesa líquida de R\$ 181,4 milhões, representando um aumento de R\$ 90,1 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa variação é explicada por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 46,7 milhões referente as rubricas de variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais impactada substancialmente pela constituição de ativos setoriais e aumento dos itens financeiros homologados no reajuste tarifário ocorrido a partir de abril/23;
- Aumento de despesa líquida no montante de R\$ 54,6 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, encargos de dívidas e debêntures, dívida – marcação a mercado, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento do CDI no 2T23 comparado ao 2T22, somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados.

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 574,2 milhões, montante 73,3% superior ao valor registrado no 9M22 (R\$ 331,4 milhões), em decorrência de:

- Aumento de despesa líquida no montante de R\$ 125,9 milhões referente as rubricas de dívida (instrumento financeiro derivativo, variação monetária de dívidas e debêntures, encargos de dívidas e debêntures, dívida – marcação a mercado, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido ao aumento do CDI (9,92% 9M23 vs. 8,91% 9M22), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados;

Resultado Líquido



Divulgação de Resultados

Comentário de Desempenho Trimestral 3T23 e 9M23



O resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 138,2 milhões no 3T23, representando uma melhora de R\$ 57,8 milhões em relação ao 3T22, explicado principalmente pela alta do EBITDA, e compensado parcialmente pelo (i) aumento na despesa financeira explicada acima, crescimento da linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia e aumento dos impostos.

No acumulado do ano, o resultado líquido da Enel Ceará foi positivo em R\$ 287,0 milhões, representando uma retração de R\$ 102,6 milhões em relação ao 9M22, explicado principalmente por (i) aumento na despesa financeira mencionado acima, (ii) crescimento da linha de depreciação e amortização relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, em decorrência da revisão tarifária, e (iii) aumento dos impostos.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.915.528	4.534.487	30,5%	6.136.979	-3,6%	5.915.528	4.534.487	30,5%
Dívida com Terceiros	5.110.485	3.877.564	31,8%	5.320.353	-3,9%	5.110.485	3.877.564	31,8%
Dívida Intercompany	805.043	656.923	22,5%	816.626	-1,4%	805.043	656.923	22,5%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	354.235	300.671	17,8%	750.587	-52,8%	354.235	300.671	17,8%
Dívida Líquida (R\$ mil)	5.561.293	4.233.816	31,4%	5.386.392	3,2%	5.561.293	4.233.816	31,4%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado (2)*	2,81	2,75	2,3%	3,34	-15,9%	2,81	2,75	2,3%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (2)*	2,64	2,56	3,0%	2,93	-9,9%	2,64	2,56	3,0%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,58	0,55	5,9%	0,60	-2,9%	0,58	0,55	5,9%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,57	0,53	6,4%	0,57	-0,1%	0,57	0,53	6,4%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações + Provisão para créditos de liquidação duvidosa + Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas + Provisão para redução ao valor recuperável (acumulado nos últimos 12 meses)

A dívida bruta da Companhia encerrou o 3T23 em R\$ 5.916 milhões, um incremento de R\$ 1.381 milhões em relação ao 3T22. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para refinanciamento, investimentos e capital de giro no montante de R\$ 3.462 milhões, em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 683 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 2.176 milhões e R\$ 549 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes no valor de R\$ 39 milhões.

A Companhia encerrou o 3T23 com o custo médio da dívida no período de 14,04% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 30 de setembro de 2023, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 100 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

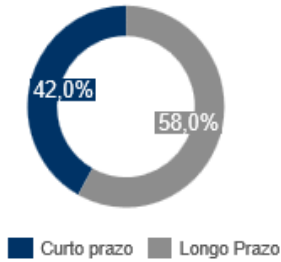
Em 31 de agosto de 2023, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho



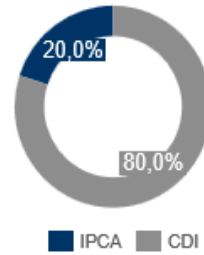
Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em set/23



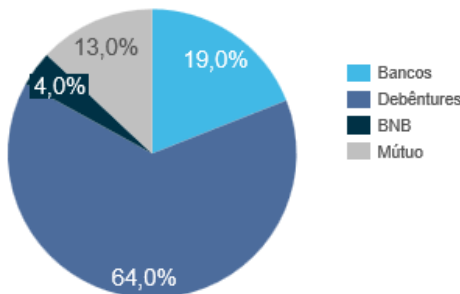
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em set/23



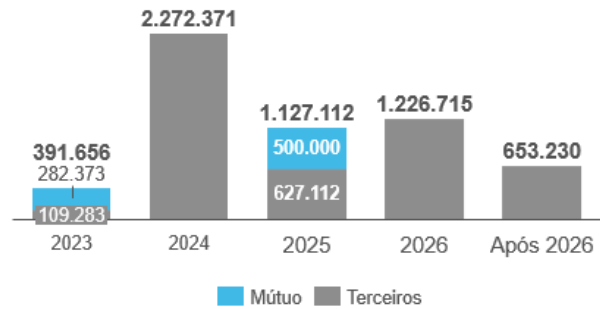
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em set/23



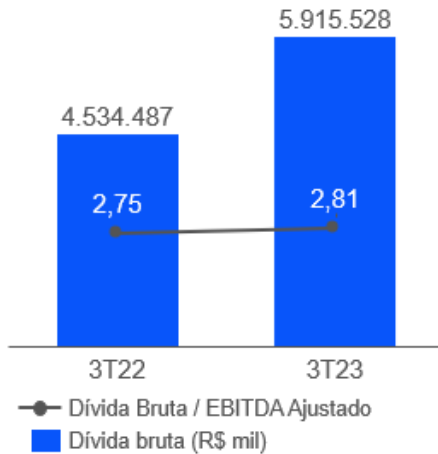
Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em set/23



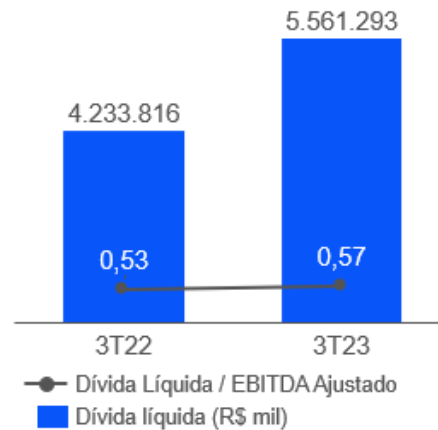
Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em set/23



Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezez)
Evolução 3T22 - 3T23



Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezez)
Evolução 3T22 - 3T23



Investimentos⁴

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	3T23	3T22	Var. %	2T23	Var. % (1)	9M23	9M22	Var. % (2)
Novas Conexões	180.812	214.020	-15,5%	254.186	-28,9%	753.679	599.780	25,7%
Rede	12.965	157.263	-91,8%	60.619	-78,6%	166.060	320.824	-48,2%
Combate às Perdas	6.991	41.183	-83,0%	28.216	-75,2%	68.770	75.489	-8,9%
Qualidade do Sistema Elétrico	13.640	92.364	-85,2%	26.113	-47,8%	90.852	168.605	-46,1%
Adequação à carga	-7.666	23.716	<-100,0%	6.290	<-100,0%	6.438	76.731	-91,6%
Outros	43.840	93.073	-52,9%	80.643	-45,6%	203.985	264.359	-22,8%
Total Investido	237.618	464.356	-48,8%	395.449	-39,9%	1.123.724	1.184.962	-5,2%
Aportes / Subsídios	-	-	-	-	-	-	(13.367)	-100,0%
Investimento Líquido	237.618	464.356	-48,8%	395.449	-39,9%	1.123.724	1.171.595	-4,1%

(1) Variação entre 3T23 e 2T23; (2) Variação entre 9M23 e 9M22

⁴ Dados prévios referente ao 3T23

Divulgação de Resultados

Comentário de Desempenho 9M23 e 9M22



No 3T23, a Companhia investiu R\$ 237,6 milhões, dos quais: (i) R\$12,9 milhões em qualidade do sistema elétrico, adequação da carga e atividades de combate a perdas, que representou uma queda de 48,8% frente ao mesmo período do ano anterior, esta queda é relacionada ao processo de revisão tarifária ocorrido em abril de 2023, onde o nível de investimento atinge patamares mais elevados no ano que antecede a revisão, aumentando a base de comparação no período seguinte. Houve também um declínio 15,5% nos investimentos em novas conexões, totalizando R\$180,8 milhões. No acumulado do ano, a queda total foi de 5,2%, sendo afetado pela redução dos investimentos em rede que reduziu 48,2% compensado pelo crescimento dos investimentos em novas conexões que apresentou uma alta de 25,7% frente o 9M22.

5

Aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na Enel

A Enel no Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como responsabilidade, confiança, inovação e proatividade.

Em 2015, a companhia assumiu um compromisso público, perante a ONU, de apoio à Agenda 2030, um plano de ação global para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, que deve ser cumprido até o ano de 2030. Essa agenda possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, conhecidos como ODS. Além do alinhamento das nossas iniciativas em toda Agenda 2030, o Grupo Enel assumiu formalmente metas em relação a quatro deles: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A integração dos compromissos públicos assumidos com os ODS, somados à agenda ASG é garantida por processos estruturados em todo o Grupo, que contam, em todas as suas etapas, com o respeito aos direitos humanos para a busca pelo crescimento sustentável. Além disso, a adoção dos indicadores ASG em toda a cadeia de valor não se dá apenas para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar as decisões e orientar as suas ações.

A partir da estratégia ASG, deriva o Plano de Sustentabilidade da companhia, revisto anualmente, traduzido em indicadores sociais, ambientais e de governança, de acordo com padrões internacionais e com base nos temas materiais identificados no engajamento com os stakeholders e os diversos compromissos que assumimos. O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, que foi reavaliado a partir do processo anual de materialidade, abrange o ciclo 2023-2025 e estabelece objetivos ASG específicos em 4 grandes temas: Pessoas, Natureza, Aceleradores de Crescimento e Direitos Humanos (incluindo aqui as questões de Saúde e Segurança e Governança) com ações que abrangem todas as empresas do Grupo no Brasil e ações regionalizadas. O Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição Ceará, em 2023, conta com 74 ações desdobradas em metas ambientais, metas sociais e ações para garantir ou aumentar a governança. Até o 3º trimestre de 2023, foi registrado o avanço geral de 82% em relação ao total de ações planejadas para o ano, sendo que destas, as ações voltadas para a temática ambiental tiveram uma evolução de 79%, as ações com foco na temática social tiveram 84% de avanço e as ações voltadas para fortalecer a governança tiveram um avanço de 74%, no mesmo período.

As linhas de negócio do Grupo seguem uma estratégia de relacionamento com todas as partes interessadas, com o objetivo de gerar valor compartilhado. Com foco no atendimento às regiões e comunidades onde a Enel está inserida, especialmente as localizadas em regiões de alta vulnerabilidade social, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, educação para o consumo consciente de energia, geração de renda e empregabilidade, cidadania e economia circular.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Ao aliar o programa Enel Compartilha à sua estratégia de negócio e aos ODS da ONU, a Enel reforça o compromisso do Grupo com a Agenda ASG e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável. Até o terceiro trimestre de 2023 foram beneficiadas 444.338 pessoas pelos projetos da Enel Distribuição Ceará, destacando-se:

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho 9M23 e 9M22****Troca de Geladeiras – ODS 07**

Com o objetivo de contribuir com a eficiência energética e auxiliar na campanha “Pacto por um Ceará sem Fome”, a distribuidora Enel Ceará, por meio do programa Enel Compartilha Eficiência, está realizando o cadastramento, sorteio e entrega de 500 refrigeradores em 20 municípios do interior do estado e da Região Metropolitana, além da doação de 500 cestas básicas. As ações iniciaram em agosto e deverão ser finalizadas em dezembro deste ano. Serão beneficiados moradores dos municípios de São Benedito, Aratuba, Itapajé, Itapipoca, Uruburetama, Quixeramobim, Senador Pompeu, Milhã, Farias Brito e Porteiras. Em 2023, as ações já realizadas propiciaram a troca de 3.884 lâmpadas e-1.848 geladeiras.

Conta Contigo – ODS 03 e Enel Compartilha Inclusão Digital – ODS 08

Em setembro, a Enel Distribuição Enel, realizou a doação de 40 notebooks obsoletos para duas instituições do programa Conta Contigo. Foram beneficiadas com 20 notebooks cada as instituições: Associação Vidança e Associação Filantrópica Evangélica Dorcas. Em 2023 já foram doados 115 equipamentos para sete instituições. Após o recebimento dos equipamentos, as instituições também passam a integrar o programa Enel Compartilha Inclusão Digital, que tem como objetivo promover a democratização digital por meio de cursos de informática e ferramentas digitais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da população, além de disponibilizar acesso aos serviços de atendimento da Enel.

Programas de Sustentabilidade no Winds for Future – ODS 13

Tivemos a participação dos programas de Sustentabilidade no *Winds For Future*, maior festival de inovação e sustentabilidade da América Latina, realizado no município de Caucaia/CE. O evento abordou temáticas como mudanças climáticas, ESG, transição energética, entre outros. O programa Ecoenel foi responsável pela destinação dos materiais recicláveis gerados nos quatro dias de evento (21 a 24/09), com um recolhimento de 536 Kg, representando uma economia de 1.583,45 KWh de energia. Com essa coleta, a ONG São Lázaro foi beneficiada com R\$ 200,00 de bônus na fatura de energia. Durante o evento também foram comercializadas peças do programa Enel Compartilha Empreendedorismo e da Coleção Energia.

Indicadores ASG - Enel Ceará**Indicadores**

	3T23	3T22
Colaboradores próprios (unit)	1.503	1.072
Colaboradores terceirizados (unit)	9.276	10.717
% de mulheres na Empresa	18,0%	26,3%
% de mulheres em cargos de liderança (1)*	21,8%	22,1%
Média de horas de treinamento por empregado (horas)	3,32	27,71
Taxa de Rotatividade (2)*	2,7%	3,1%
Número de membros no conselho (unit)	8	8
Número de membros independentes no conselho (unit)	1	1
% de mulheres no conselho	25,0%	12,5%
Beneficiados pelos projetos sociais	444.338	356.584
Resíduos perigosos enviados para recuperação	99%	99%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	83%	83%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)*	11	11
Realização de ECoS Ambiental (4)*	1	1

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários
(3) Meta 2023 - 9; (4) Meta 2023 - 1

ASPECTOS REGULATÓRIOS**Revisão Tarifária Periódica 2023**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicado a partir de 22 de abril de 2023, Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia negativo de -0,46% composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,21%
Revisão Econômica	2,71%
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,80%
Revisão Financeira	-3,17%
Revisão Total	-0,46%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+3,52%
Efeito para o consumidor	3,06%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 921 milhões. Uma queda de -1,1%, representando -0,14% na revisão econômica em função principalmente do encargo PROINFA (-12,3%);
- Energia Comprada: R\$ 3.262 milhões. O aumento de 4,30% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 1,84% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 537 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 19,9%, correspondendo a um efeito de 1,23% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em -0,57%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica.

- Ademais, foi homologado o Fator X de -0,30%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,296%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 0%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

- Complemento positivo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 158.534 (conforme nota explicativa nº 13.2 do ITR).
- Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R\$ 40.286, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (conforme notas explicativas nº 13.2 e 13.3 do ITR).
- Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R\$ 28.090 (conforme nota explicativa nº 13.3 do ITR).

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho****Componentes Financeiros**

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

A revisão tarifária média de +3,06% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,77%
Baixa Tensão	5,51%
Efeito Médio	3,06%

Bandeira Tarifária

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A Bandeira Escassez Hídrica teve vigência de setembro de 2021 a abril de 2022, a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário hidrológico para o primeiro semestre de 2022 foi de recuperação, o Governo Federal, antecipou o fim da vigência da Bandeira Escassez Hídrica em 15 dias, com isso, a bandeira tarifária verde passou a valer para todos os consumidores de energia a partir de 16 de abril de 2022 e ficou assim até o final de 2022.

De janeiro a junho de 2023, devido aos níveis de reservatórios hidráulicos estarem adequados, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desta forma, para este período, a bandeira tarifária vigente é a verde.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Divulgação de Resultados**Comentário do Desempenho**

2023	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da Consulta Pública 035/2020. Por meio da Resolução n.º 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de abril de 2022 e abril de 2023, respectivamente.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória n.º 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto n.º 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL n.º 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução e nas Resoluções Normativas n.º 1.010, de 29 de março de 2022 e n.º 1.019, de 19 de abril de 2022, foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho n.º 510, de 24 de fevereiro de 2023.

Divulgação de Resultados

Comentário do Desempenho e 9M23



ANEXO 1

DRE (R\$ MIL)

	3T23	3T22	Var. %	9M23	9M22	Var. %
Receita Operacional Bruta	2.874.046	2.941.447	-2,3%	8.797.799	9.235.592	-4,7%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo	2.224.766	2.003.760	11,0%	6.443.478	6.441.130	0,0%
CVA	151.045	138.630	9,0%	471.848	637.876	-26,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	130.204	130.093	0,1%	380.348	349.550	8,8%
Receita de Construção	233.787	662.936	-64,7%	991.025	1.486.702	-33,3%
Outras Receitas	134.244	6.028	>100,0%	511.100	320.334	59,6%
Deduções da Receita Operacional	(771.502)	(738.675)	4,4%	(2.323.542)	(2.889.726)	-19,6%
Receita Operacional Líquida	2.102.544	2.202.772	-4,6%	6.474.257	6.345.866	2,0%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.059.536)	(1.055.339)	0,4%	(3.141.202)	(3.033.073)	3,6%
Energia elétrica comprada para revenda e despesas da CCEE	(866.613)	(864.957)	0,2%	(2.534.892)	(2.489.428)	1,8%
Encargos de conexão e uso da rede	(192.923)	(190.382)	1,3%	(606.310)	(543.645)	11,5%
Custo/Despesa Operacional	(670.210)	(972.109)	-31,1%	(2.341.708)	(2.500.844)	-6,4%
Pessoal	(53.178)	(31.548)	68,6%	(146.329)	(118.646)	23,3%
Material e Serviços de terceiros	(172.012)	(158.369)	8,6%	(583.335)	(501.645)	16,3%
Depreciação e amortização	(124.663)	(68.101)	83,1%	(370.906)	(257.262)	44,2%
Provisões	(37.803)	(30.432)	24,2%	(167.083)	(117.099)	42,7%
Custo de construção	(233.787)	(662.936)	-64,7%	(991.025)	(1.486.702)	-33,3%
Outros	(21.225)	12.574	<-100,0%	(4.982)	55.381	<-100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(27.542)	(33.297)	-17,3%	(78.048)	(74.871)	4,2%
EBITDA	497.461	243.425	>100,0%	1.362.253	1.069.211	27,4%
EBIT	372.798	175.324	>100,0%	991.347	811.949	22,1%
Resultado Financeiro	(181.397)	(91.288)	98,7%	(574.248)	(331.421)	73,3%
Receita Financeira	28.454	97.038	-70,7%	146.305	231.833	-36,9%
Despesa Financeira	(209.997)	(190.329)	10,3%	(721.713)	(568.142)	27,0%
Variações Cambiais	146	2.003	-92,7%	1.160	4.888	-76,3%
Resultado antes dos impostos	191.401	84.036	>100,0%	417.099	480.528	-13,2%
IR/CS	(53.210)	(3.678)	>100,0%	(130.176)	(90.975)	43,1%
Lucro/Prejuízo Líquido	138.191	80.358	72,0%	286.922	389.553	-26,3%

Notas Explicativas



Companhia Energética do Ceará - Coelce Enel Distribuição Ceará

CNPJ: 07.047.251/0001-70

Formulário de Informações trimestrais em 30 de setembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	30.09.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	168.329	182.558
Títulos e valores mobiliários	6	185.906	86.900
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	1.804.403	1.712.853
Ativo financeiro setorial	10	27.311	30.022
Créditos a receber - subvenção e outros	8	36.109	7.658
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9.1	26.813	-
Outros tributos compensáveis	9.2	552.058	630.970
Serviços em curso		69.991	68.010
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	14.364
Outros créditos		139.409	116.595
Total do ativo circulante		3.010.329	2.849.930
<u>Ativo não circulante</u>			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7	204.838	163.578
Depósitos vinculados	23	52.800	48.011
Cauções e depósitos	12	19.181	31.969
Outros tributos compensáveis	9.2	207.845	484.731
Instrumentos financeiros derivativos	31	44.050	15.235
Tributos diferidos	29	-	81.019
Benefício fiscal	11	13.745	16.715
Ativo financeiro indenizável (concessão)	13.2	5.859.566	4.939.453
Imobilizado	14	76.702	67.342
Intangível	13.3	2.335.638	2.294.201
Ativos contratuais	13.1	1.290.758	1.317.220
Total do ativo não circulante		10.105.123	9.459.474
Total do ativo		13.115.452	12.309.404

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	30.09.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	15	1.277.479	1.374.767
Empréstimos e financiamentos	16	472.392	1.129.131
Obrigações por arrendamentos	18	6.746	9.959
Debêntures	17	1.928.799	337.413
Salários, provisões e encargos sociais		50.771	58.483
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19.1	4.474	68.064
Outras obrigações fiscais	19.2	181.022	206.884
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21	408.182	429.790
Dividendos a pagar		24.527	191.983
Encargos setoriais	20	95.524	75.156
Obrigações com benefícios pós-emprego	22	876	1.044
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	1.116	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	57.803	72.499
Outras obrigações		223.823	207.665
Total do passivo circulante		4.733.534	4.162.838
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	16	1.550.279	1.766.389
Debêntures	17	1.880.485	1.426.179
Obrigações por arrendamentos	18	26.768	27.640
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	21	129.138	378.607
Passivo financeiro setorial	10	50.311	186.130
Outras obrigações fiscais	19.2	1.504	1.971
Encargos setoriais	20	46.528	19.493
Obrigações com benefícios pós-emprego	22	92.204	89.346
Tributos diferidos		40.938	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	23	251.461	232.210
Instrumentos financeiros derivativos	31	69.820	60.849
Outras obrigações		163	850
Total do passivo não circulante		4.139.599	4.189.664
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	24	1.282.347	1.085.347
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		2.329.722	2.526.721
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação		(15.344)	(13.837)
Lucro do período		286.923	-
Total do patrimônio líquido		4.242.319	3.956.902
Total do passivo e do patrimônio líquido		13.115.452	12.309.404

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Receita líquida	26	2.102.544	6.474.257	2.202.772	6.345.866
Custo do serviço	27	(1.647.191)	(5.200.885)	(1.974.531)	(5.360.328)
Lucro bruto		455.353	1.273.372	228.241	985.538
(Despesas) receitas operacionais	27				
Despesas com vendas		(12.454)	(19.104)	(2.882)	(7.175)
Despesas gerais e administrativas		(44.317)	(162.952)	(39.095)	(128.551)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(44.120)	(151.793)	(29.280)	(111.476)
Outras receitas operacionais		18.336	51.824	18.340	73.613
Total despesas operacionais		(82.555)	(282.025)	(52.917)	(173.589)
Resultado do serviço público de energia elétrica		372.798	991.347	175.324	811.949
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		28.454	146.305	97.038	231.833
Despesas financeiras		(209.997)	(721.713)	(190.329)	(568.142)
Variações cambiais líquidas		146	1.160	2.003	4.888
Total resultado financeiro		(181.397)	(574.248)	(91.288)	(331.421)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		191.401	417.099	84.036	480.528
Imposto de renda e contribuição social correntes	29	(14.897)	(16.877)	(32.249)	(134.282)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(50.716)	(125.702)	11.055	7.677
Incentivo fiscal	29	12.403	12.403	17.516	35.630
		(53.210)	(130.176)	(3.678)	(90.975)
Lucro líquido do período		138.191	286.923	80.358	389.553
Lucro por ação em R\$ - básico e diluído	25				
Ação ordinária		1,7749	3,6853	2,4597	5,0036
Ação preferencial - Classe A		1,8814	3,9064	2,6073	5,3038
Ação preferencial - Classe B		1,9524	4,0538	2,7057	5,5039

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Lucro líquido do período		138.191	286.923	80.358	389.553
Outros resultados abrangentes:					
Ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	22	-	(2.927)	-	963
Tributos diferidos sobre ganho/perda atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	29	-	995	-	(328)
		-	(1.932)	-	635
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Perda em instrumentos financeiros derivativos	28	12.578	644	(10.122)	(44.661)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	29	(4.277)	(219)	3.442	15.185
		8.301	425	(6.680)	(29.476)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		146.492	285.416	73.678	360.712

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal - ADENE	Legal	Incentivo fiscal - SUDENE				Reforço de capital de giro
Saldos em 31 de dezembro de 2021	914.346	221.188	31.160	106.323	48.845	968.580	1.202.612	-	(6.249)	3.486.805
Aumento de capital	171.001	-	-	-	-	-	(171.001)	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	963	963
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(328)	(328)
Perda em instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.661)	(44.661)
Tributos diferidos s/ ganho de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	15.185	15.185
Lucro líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	389.553	-	389.553
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(137.000)	-	-	(137.000)
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.085.347	221.188	31.160	106.323	48.845	968.580	894.611	389.553	(35.090)	3.710.517
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.085.347	221.188	31.160	106.323	48.845	1.047.562	1.430.314	-	(13.837)	3.956.902
Aumento de capital	197.000	-	-	-	-	-	(197.000)	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.927)	(2.927)
Tributos diferidos s/ ganho de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	995	995
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	644	644
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(219)	(219)
Lucro líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	286.923	-	286.923
Saldos em 30 de setembro de 2023	1.282.347	221.188	31.160	106.323	48.845	1.047.562	1.233.314	286.923	(15.344)	4.242.318

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2023	30.09.2022
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do período	286.923	389.553
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	130.888	100.147
Perda de recebíveis de clientes	20.905	11.329
Depreciação e amortização	394.702	278.020
Juros e variações monetárias	420.944	71.425
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	185.738	151.988
Marcação a mercado de dívida	(13.993)	29.125
Ativos e passivos financeiros setorial	(19.133)	92.570
Atualização do ativo financeiro da concessão	(355.954)	(136.977)
Valor residual de intangível e imobilizado	30.021	1.747
Tributos e contribuições social diferidos	128.672	(4.432)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	36.195	16.952
Obrigações com benefícios pós-emprego	7.263	6.145
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(284.603)	(214.866)
Créditos de Subvenção desconto tarifário	(28.451)	23.499
Ativo financeiro setorial	21.844	(72.574)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(26.813)	62.588
Outros tributos compensáveis	355.798	91.788
Depósitos vinculados	(4.789)	(1.244)
Outros créditos	(24.795)	61.856
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(97.288)	19.481
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	(271.077)	43.613
Salários, provisões e encargos sociais	(7.712)	1.468
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(66.559)	239.850
Outras obrigações fiscais	(26.329)	(33.265)
Passivo financeiro setorial	(135.819)	-
Encargos setoriais	45.168	(21.558)
Outras obrigações	15.471	68.082
	717.217	1.276.310
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(240.226)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(55.060)	(62.643)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(7.501)	(7.892)
Pagamento de juros (dívidas e debêntures), deduzido dos juros capitalizados	(277.960)	(193.263)
Pagamento de juros de instrumento derivativo	(29.822)	(96.068)
Pagamentos de juros de arrendamento	(3.445)	(5.168)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	343.429	671.050
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(1.008.366)	(1.479.820)
Cauções e depósitos	12.788	(862)
Títulos e valores mobiliários	(99.006)	(3.790)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.094.584)	(1.484.472)
Atividades de financiamentos:		
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	2.990.979	2.059.119
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(1.901.861)	(1.192.555)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(9.288)	(15.172)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(175.448)	(22.816)
Parcelamento especial	-	(3.237)
Dividendos pagos	(167.456)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	736.926	825.339
Variação no caixa líquido da Companhia	(14.229)	11.917
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	182.558	204.316
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	168.329	216.233

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	30.09.2023	30.09.2022
1. Receitas	8.719.645	9.209.235
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	8.850.533	9.309.382
Fornecimento de energia elétrica	7.806.774	7.748.890
Outras receitas	52.734	73.790
Receita relativa à construção de ativos próprios	991.025	1.486.702
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(130.888)	(100.147)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(5.127.352)	(5.404.651)
Materiais	(468.090)	(646.146)
Outros custos operacionais	(155.717)	(115.648)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.442.007)	(3.364.102)
Serviços de terceiros	(1.061.538)	(1.278.755)
3. Valor adicionado bruto	3.592.293	3.804.584
4. Retenções	(394.701)	(278.020)
Depreciação e amortização	(394.701)	(278.020)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.197.592	3.526.564
6. Valor adicionado recebido em transferência	146.305	328.731
Receitas financeiras	146.305	328.731
7. Valor adicionado total a distribuir	3.343.897	3.855.295
8. Distribuição do valor adicionado	3.343.897	3.855.296
Empregados (Colaboradores)	186.191	156.542
Remunerações	118.721	101.028
FGTS	6.950	4.134
Outros encargos sociais	8.999	8.106
Previdência privada	6.347	6.007
Auxílio-alimentação	13.265	9.929
Convênio assistencial e outros benefícios	17.752	12.610
Participação nos resultados	14.157	14.728
Tributos (Governo)	2.135.654	2.633.288
Federais	400.682	320.994
Imposto de renda e contribuição social	142.579	126.605
COFINS	201.306	169.277
PIS	43.704	36.750
INSS	25.496	23.992
(-) Incentivos fiscais	(12.403)	(35.630)
Estaduais	1.156.219	1.477.599
ICMS	1.155.891	1.477.524
Outros	328	75
Municipais	7.189	7.013
ISS	4.691	5.031
IPTU	1.323	1.405
Outros	1.175	577
Encargos setoriais	571.564	827.682
CDE - Conta de desenvolvimento energético	513.897	425.483
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	50.617	46.487
Taxa de fiscalização - ANEEL	7.938	7.640
Encargos do consumidor - CCRBT	(888)	348.072
Remuneração de capitais de terceiros	735.129	675.913
Juros	137.910	161.992
Outras despesas financeiras	583.803	498.160
Aluguéis	13.416	15.761
Remuneração de capitais próprios	286.923	389.553
Lucro do período	286.923	389.553

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de setembro de 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia” ou “Enel Distribuição Ceará”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria “A”, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou Enel), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

Segundo o Contrato de Concessão, os reajustes tarifários anuais entram em vigor a partir do dia 22 de abril de cada ano, além disso a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 2003 e o último em 2023 (Nota explicativa nº. 4.1 e 13).

Intenção de venda

Em 22 de novembro de 2022, a Controladora indireta e direta da Companhia – Enel S.p.A e Enel Brasil - divulgaram ao mercado financeiro internacional, respectivamente em seu plano estratégico para o período 2023-2025 e em Fato Relevante, a possibilidade de alienação do controle acionário da Companhia.

A Companhia informa ainda que, se e quando for o caso, qualquer operação dependerá da obtenção das aprovações necessárias e observará os termos da regulamentação aplicável.

1.1. Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (Covid-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concedeu um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada 1kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 69.793, concedido desde 2 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. Sendo que do total concedido de desconto, a Companhia possui saldo a recuperar de R\$ 3.449 – vide nota explicativa nº 8.

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos, exceto os clientes Baixa Renda, que continuariam a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos. A bandeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de setembro de 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

escassez hídrica teve vigência de 01 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 4.495, para o ciclo tarifário de 2022 e de mais R\$ 8.884, para o ciclo tarifário de 2023 devido a uma alteração de metodologia do regulador. Estes foram registrados como passivo financeiro setorial e estão sendo repassados aos consumidores, a partir de abril de 2022 e abril de 2023 - vide nota explicativa nº 10.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irrecuperáveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou uma análise e não precisou solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 273.449, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 10. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023. A cobertura tarifária referente à Conta Escassez Hídrica foi homologada por meio do Despacho nº 510, de 24 de fevereiro de 2023.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de Setembro de 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 23 de fevereiro de 2023 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 25 de outubro de 2023.

2.1.2. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas contábeis e estimativas

As normas, políticas contábeis e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no período findo em 30 de setembro de 2023, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aprovadas pela Administração em 23 de fevereiro de 2023:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados ou após
CPC 50 /IFRS 17 - Contratos de Seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 /IAS 12 - Tributos sobre o lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23/ IAS 8 - Políticas contábeis, estimativa e retificação de erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	31 de dezembro de 2023 (data de vigência ainda não referendada pelo CPC)
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CPC
CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: Divulgações - Acordos de financiamentos de fornecedores	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	31 de dezembro de 2023 (data de vigência ainda não referendada pelo CPC)
CPC 06 (R2) / IFRS 16 Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação	31 de dezembro de 2023 (data de vigência ainda não referendada pelo CPC)
IFRS S1 Divulgações Gerais Relacionadas à Sustentabilidade	Estabelece os requisitos gerais para uma empresa divulgar informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade	31 de dezembro de 2023 (Aguardando regulamentação pelos órgãos reguladores locais)
IFRS S2 Climate-related Disclosures - Divulgações relacionadas ao clima	Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima	31 de dezembro de 2023 (Aguardando regulamentação pelos órgãos reguladores locais)
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio (IAS 21)	Falta de Trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para	31 de dezembro de 2024 (data de vigência ainda não referendada pelo CPC)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1. Revisão tarifária periódica 2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 18 de abril, deliberou sobre a revisão tarifária periódica de 2023 a ser aplicada a partir de 22 de abril de 2023, conforme Resolução Homologatória nº 3.185/2023.

A ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica da Companhia com efeito negativo de -0,46%, composto por reajuste econômico de +2,71% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +3,52%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +3,06%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Revisão Tarifária	
Encargos Setoriais	-0,14%
Energia Comprada	1,84%
Encargos de Transmissão	1,23%
Parcela A	2,93%
Parcela B	-0,22%
Revisão Econômica	2,71%
CVA Total	-1,37%
Outros Itens Financeiros	-1,80%
Revisão Financeira	-3,17%
Revisão Total	-0,46%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	3,52%
Efeito para o consumidor	3,06%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi revisada em 4,7%, representando 2,93% na revisão econômica com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 921 milhões. Uma queda de -1,1%, representando -0,14% na revisão econômica em função principalmente do encargo PROINFA (-12,3%);
- Energia Comprada: R\$ 3.262 milhões. O aumento de 4,30% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos de Energia Nova e Alternativa – modalidade CCEAR por disponibilidade. O custo de compra de energia representa 1,84% na revisão econômica, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 537 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de 19,9%, correspondendo a um efeito de 1,23% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi revisada em -0,57%, representando uma participação de -0,21% na revisão econômica, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- a) Custos Operacionais: a metodologia de definição dos custos operacionais regulatórios estabelece o método de benchmarking para a definição do nível eficiente de custos que são reconhecidos nas tarifas. Nesta revisão tarifária, os custos operacionais regulatórios apresentaram uma variação de -3,39% em relação aos valores que estavam incluídos nas tarifas, contribuindo com um efeito tarifário de -0,59%. Destaca-se que a aplicação da metodologia indicou que os custos operacionais, incluídos nas tarifas até então vigentes, encontravam-se acima do limite superior do intervalo de eficiência, sendo estabelecida uma trajetória regulatória negativa de ajustes desses custos até o final do ciclo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- b) Custo Anual de Ativos: corresponde à remuneração do capital, à quota de reintegração regulatória e às anuidades dos ativos não elétrico da distribuidora. A remuneração apresentou redução de -1,18% em relação aos valores até então contemplados nas tarifas, representando um impacto tarifário de -0,14%. A variação negativa deve-se à redução da taxa de remuneração em relação àquela considerada no último processo de revisão tarifária. Por outro lado, o aumento da Base de Remuneração Líquida atenuou o efeito de redução do WACC. Por sua vez, a quota de reintegração apresentou variação de +3,02% comparada à que estava reconhecida nas tarifas, representando um impacto tarifário de +0,18%, devido, especialmente, da nova taxa de depreciação dos ativos, de 4,10%, superior à considerada no ciclo anterior (de 3,98%). Por último, as anuidades apresentaram uma redução de -5,43% em relação aos valores que estavam contidos nas tarifas, resultando em um impacto tarifário -0,13%.

Como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL, a Companhia reconheceu:

- (i) Complemento positivo do ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 158.534 (nota explicativa nº 13.2).
- (ii) Reclassificação do ativo financeiro da concessão para o ativo intangível no montante de R\$ 40.286, devido alinhamento de metodologia de classificação dos ativos (notas explicativas nº 13.2 e 13.3).
- (iii) Baixas do ativo intangível da concessão no montante de R\$ 28.090 (nota explicativa nº 13.3).

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante negativo de R\$ 230.618, dentre os quais destacam-se: R\$ 99.257 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 136.127; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 419.351; sendo estes valores parcialmente compensados por componentes de reversão da bandeira escassez hídrica positivo de R\$ 169.425; e previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 175.979.

A revisão tarifária média de +3,06% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,77%
Baixa Tensão	5,51%
Efeito Médio	3,06%

4.2. Bandeira tarifária

A ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores. Desde 16 de abril de 2022, a bandeira tarifária vigente é a verde.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	26.467	38.483
Aplicações financeiras		
CDB (aplicações diretas)	90.151	26.461
Operações compromissadas	51.711	117.614
	141.862	144.075
Total	168.329	182.558

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de Setembro de 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 30 de setembro de 2023, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 102,67% e 87,81% do CDI, respectivamente (98,18% e 84,43% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	30.09.2023	31.12.2022
Fundos de investimentos não exclusivos	159.452	86.652
Fundos de investimentos exclusivos (a)	26.454	248
Títulos públicos	24.976	229
LF - Letra Financeira	1.478	19
Total	185.906	86.900

(a) Fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das quarenta e três cotistas e apresenta 21,80% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de setembro de 2023 (0,64% em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, em média, a 91,51% do CDI (96,75% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é como segue:

A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total	
	até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias			30.09.2023	
Classes de consumidores:									
Residencial	170.692	143.675	15.434	36.701	68.185	330.650	765.337	(448.702)	316.635
Industrial	85.159	89.954	9.476	19.270	30.122	71.983	305.964	(10.057)	295.907
Comercial	18.586	9.498	698	1.708	2.706	-	33.196	(49.378)	(16.182)
Rural	126.601	54.434	5.059	12.274	22.197	171.989	392.554	(64.678)	327.876
Poder público	47.030	19.751	4.084	5.575	10.307	51.767	138.514	(16.872)	121.642
Iluminação pública	30.174	11.061	3.248	6.722	7.766	14.228	73.199	(40.524)	32.675
Serviço público	28.857	9.365	2.735	8.555	16.523	86.134	152.169	(17.220)	134.949
Fornecimento faturado	507.099	337.738	40.734	90.805	157.806	726.751	1.860.933	(647.431)	1.213.502
Receita não faturada	489.672	-	-	-	-	-	489.672	(6.239)	483.433
Parcelamento de débitos	4.003	7.890	8.188	21.419	61.245	204.838	307.583	(69.187)	238.396
Compartilhamento - uso mútuo	19.439	4.041	4.320	11.186	19.899	55.530	114.415	(52.159)	62.256
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	19.699	19.699	(8.045)	11.654
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Subtotal	1.020.213	349.669	53.242	123.410	238.950	1.022.107	2.807.591	(798.350)	2.009.241
								Circulante	1.804.403
								Não circulante	204.838

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A vencer	Vencidos					Total	PECLD	Total	
	até 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	31.12.2022		31.12.2022	
Classes de consumidores:									
Residencial	249.116	218.594	21.689	51.392	101.394	307.163	949.348	(390.609)	558.739
Industrial	21.683	10.410	451	1.387	1.903	20.361	56.195	(9.688)	46.507
Comercial	67.536	29.358	3.188	6.704	11.668	78.565	197.019	(53.674)	143.345
Rural	74.144	42.685	4.881	9.799	19.531	97.728	248.768	(64.668)	184.100
Poder público	40.136	11.916	3.614	6.220	8.651	26.643	97.180	(13.159)	84.021
Iluminação pública	29.738	11.613	2.517	8.705	28.450	74.546	155.569	(49.622)	105.947
Serviço público	15.751	5.165	935	2.834	5.468	19.415	49.568	(15.407)	34.161
Fornecimento faturado	498.104	329.741	37.275	87.041	177.065	624.421	1.753.647	(596.827)	1.156.820
Receita não faturada	417.084	-	-	-	-	-	417.084	(5.949)	411.135
Parcelamento de débitos	3.571	14.626	10.362	25.045	60.062	163.578	277.244	(19.638)	257.606
Venda de Energia Excedente - MVE	3.197	-	-	-	-	-	3.197	-	3.197
Compartilhamento - uso mútuo	11.081	6.617	3.085	8.430	16.502	34.141	79.856	(42.117)	37.739
Agente de cobrança da iluminação pública	-	-	-	-	-	26.027	26.027	(16.093)	9.934
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Total	933.037	350.984	50.722	120.516	253.629	863.456	2.572.344	(695.913)	1.876.431
								Circulante	1.712.853
								Não circulante	163.578

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2022	(Provisões)	Perda	30.09.2023
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(695.913)	(151.794)	49.357	(798.350)
Outros créditos	(7.694)			(7.694)
	(703.607)	(151.794)	49.357	(806.044)
Circulante	(688.318)			(790.750)
Não Circulante	(15.289)			(15.285)
Total	(703.607)			(806.035)

Rubricas de origem	31.12.2021	(Provisões)	Perda	30.09.2022
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(629.135)	(70.794)	52.333	(647.596)
Outros créditos	(3.400)	(40.682)	-	(44.082)
	(632.535)	(111.476)	52.333	(691.678)
Circulante	(617.246)			(676.389)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(632.535)			(691.678)

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e Pix parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.09.2023	30.09.2022
Provisão	(151.794)	(111.476)
	(151.794)	(111.476)

8. Créditos a receber – subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante os períodos em que o faturamento ocorre, quando se torna recebível, vide quadro abaixo:

	30.09.2023	31.12.2022
Baixa renda - subsídio CDE	33.155	25.088
Previsão ajuste CDE ciclo corrente (a)	-	(21.977)
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	3.658	(446)
CDE a devolver - diferença ciclo corrente	(4.153)	1.542
Bônus - Redução voluntária de consumo (b)	3.449	3.451
	36.109	7.658

- (a) Em julho de 2023, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso transferindo todos os riscos e benefícios vinculados relativos à previsão de subsídio CDE (mensal) ciclo corrente, para a instituição financeira na data da transação.
- (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O ressarcimento à Companhia, ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE no montante total de R\$ 69.793, restando um saldo de R\$ 3.449 a ser ressarcido.

9. Tributos a compensar

9.1. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	30.09.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	19.291	-
Contribuição social (a)	2.663	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	4.859	-
Total	26.813	-

- (a) Em 30 de setembro de 2023, a empresa apurou prejuízo fiscal e não há montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar, apenas montantes a compensar. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar foram apresentados líquidos dos montantes de imposto de renda e contribuição social compensáveis. Vide nota explicativa nº. 19.
- (b) Em 30 de setembro de 2023, a Companhia apresenta saldo de IRRF a compensar. Em 31 de dezembro de 2022, o IRRF foi apresentado líquido dos montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Outros tributos compensáveis

	30.09.2023		31.12.2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	121.821	124.075	119.310	130.842
PIS e COFINS	20.154	-	80.236	-
PIS e COFINS (ICMS) (d)	408.181	83.770	429.790	353.889
Outros tributos	1.902	-	1.634	-
Total	552.058	207.845	630.970	484.731

- (c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 213.381 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 216.489 em 31 de dezembro de 2022) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 32.515 (R\$ 33.663 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.
- (d) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar. Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº. 19).

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2022	Adição	Amortização	Escassez Hídrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	79.106	199.643	(107.948)	-	(26.338)	953	-	145.416	(21.043)	166.460	52.181	93.236
Aquisição de energia - (CVAenerg) (a)	71.749	37.921	(62.414)	-	(734)	4.403	-	50.924	17.957	32.967	32.459	18.465
Proinfa (b)	6.398	(7.677)	(1.345)	-	-	(453)	-	(3.077)	(3.077)	-	(3.077)	-
Transporte rede básica (c)	59.602	67.313	(41.760)	-	-	7.587	-	92.743	35.732	57.011	60.810	31.933
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER (d)	(93.852)	81.534	26.466	-	(25.604)	(14.138)	-	(25.594)	(90.839)	65.246	(62.138)	36.545
Conta de desenvolvimento energético - CDE (e)	35.209	20.552	(28.895)	-	-	3.554	-	30.420	19.184	11.236	24.127	6.293
Demais passivos financeiros setoriais	(235.214)	13.760	53.155	19.969	-	(20.085)	-	(168.415)	(4.887)	(163.529)	(24.869)	(143.546)
Neutralidade da parcela A	16.798	(18)	(5.957)	-	-	1.441	-	12.264	10.330	1.934	11.181	1.083
Sobrecontratação de energia	93.299	19.208	(27.046)	-	-	16.077	-	101.538	39.019	62.518	66.520	35.017
Diferimento/ devoluções tarifárias	(143.484)	(34.582)	24.491	-	-	(7.662)	-	(161.237)	(34.175)	(127.062)	(34.175)	(127.062)
Risco hidrológico	(137.747)	(121.002)	104.352	-	-	(5.960)	-	(160.357)	(68.064)	(92.293)	(108.663)	(51.694)
Bandeira Escassez Hídrica (f)	220.177	90.811	(84.712)	-	-	14.185	(155.748)	84.712	-	84.712	(84.712)	169.425
Outros (g)	(284.257)	59.343	42.029	19.969	-	(38.166)	155.748	(45.334)	48.003	(93.337)	124.980	(170.314)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(156.108)	213.403	(54.793)	19.969	(26.338)	(19.132)	-	(22.999)	(25.930)	2.931	27.312	(50.311)

- (a) Aquisição de energia - (CVA Energia):** a variação do diferimento passivo dos custos de aquisição de energia, deve-se principalmente pela redução do risco hidrológico, menor geração das usinas termoeletricas, redução da carga no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e redução da taxa média de câmbio, R\$ 4,78 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 5,22 em 30 de setembro de 2022).
- (b) Proinfa:** Variação está relacionada a redução do custo conforme a resolução Nº 3.147, de 6 de dezembro de 2022 e ao aumento da cobertura tarifária de acordo com a Resolução homologatória Nº 3.185, de 18 de abril de 2023.
- (c) Transporte rede básica:** Variação está relacionada a redução do custo conforme a resolução Nº 3.147, de 6 de dezembro de 2022 e ao aumento da cobertura tarifária de acordo com a Resolução homologatória Nº 3.185, de 18 de abril de 2023.
- (d) ESS (Encargo de Serviço do Sistema):** A variação do diferimento ativo de ESS é devido ao menor despacho da geração das usinas termoeletricas fora da ordem de mérito, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.
- (e) CDE:** A menor variação está relacionada a aplicação das novas cotas homologadas que foram menores em comparação ao ciclo anterior, conforme resoluções nº 3.175 de 7 de março de 2023 que definiu os novos montantes do ciclo tarifário de 2023 para CDE-USO.
- (f) Bandeira Escassez Hídrica:**
- (i) Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), a Bandeira Escassez Hídrica deverá cobrir os custos não cobertos pela sistemática das bandeiras necessários para equilibrar receitas e despesas ao final do ciclo vigente das Bandeiras Tarifárias. Assim, no processo tarifário vigente, ocorrido em março de 2022, foi considerado um financeiro negativo de R\$ 149.553, conforme saldo da distribuidora frente à Conta Bandeiras na competência de julho de 2021, para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras que serão recuperados durante o ciclo da Bandeira Escassez, a qual esteve vigente até 15 de abril de 2022. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, foi contemplado no processo tarifário de 2023, devidamente atualizado pela taxa Selic, totalizando um valor de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$169.424 a ser amortizado de forma linear, onde no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi amortizado sete doze avos, no valor de R\$ 84.712. Para mais detalhes do reajuste tarifário vigente, vide nota explicativa nº 4.

(ii) Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, foi constituída uma adição de R\$ 90.811 referente ao financeiro da bandeira, proporcional ao período de janeiro a março de 2023.

(g) Outros: A variação é referente ao recebimento de recursos da conta de desenvolvimento energético CDE referente aos valores apurados pela Eletrobrás R\$ 19.968 de acordo com despacho 1.120/2023 de 24 de abril de 2023 e ao PIS/COFINS sobre ICMS contabilizado no 1º trimestre de 2022 como item setorial e que a partir de dezembro de 2022 passou a ser amortizado na rubrica “PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores”. Para mais informações, vide nota explicativa nº 21.

Ativos e passivos financeiros setorial	31.12.2021	Adição	Amortização	Conta Escassez Hídrica	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	30.09.2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Ativo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	445.129	335.112	(282.374)	-	(325.509)	43.355	(1.319)	214.394	311.677	(97.283)	268.764	(54.370)
Aquisição de energia - (CVA)energ	(7.819)	68.075	(82.313)	-	144.294	21.214	(1.319)	142.132	102.179	39.953	119.799	22.333
Proinfa	2.077	18.812	(11.734)	-	-	1.656	-	10.811	10.811	-	10.811	-
Transporte rede básica	27.073	32.120	(7.708)	-	-	(7.103)	-	44.382	8.247	36.135	24.186	20.196
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	429.471	157.415	(164.499)	-	(469.803)	23.621	-	(23.795)	166.670	(190.465)	82.657	(106.452)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.673)	58.690	(16.120)	-	-	3.967	-	40.864	23.770	17.094	31.311	9.553
Demais passivos financeiros setoriais	73.542	466.306	118.832	(441.716)	16.784	49.214	1.319	284.281	(55.358)	339.639	144.586	139.695
Aliquota efetiva PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(32.584)	37.844	10.525	-	-	(1.170)	-	14.615	(8.746)	23.361	1.559	13.056
Sobrecontratação de energia	(34.636)	83.265	31.766	-	(2.586)	1.815	-	79.624	(23.946)	103.570	21.739	57.885
Diferimento/ devoluções tarifárias	(119.160)	(29.237)	22.210	-	-	(8.819)	-	(135.006)	(14.807)	(120.199)	(14.807)	(120.199)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.171)	5.171
Risco hidrológico	(145.171)	(91.864)	109.146	-	-	(9.086)	-	(136.975)	(72.576)	(64.399)	(100.982)	(35.993)
Bandeira Escassez Hídrica	-	186.515	-	-	-	(13.006)	-	173.509	-	173.509	-	173.509
Outros	405.093	279.783	(54.815)	(441.716)	19.370	79.480	1.319	288.514	64.717	223.797	242.248	46.266
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	518.671	801.418	(163.542)	(441.716)	(308.725)	92.569	-	498.675	256.319	242.356	413.350	85.325

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	30.09.2023	31.12.2022
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(735.284)	(726.549)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	402.434	396.669
Total	13.745	16.715

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	30.09.2023	Percentual
Em 2023	990	7,20%
Em 2024	3.625	26,38%
Em 2025	3.316	24,12%
Em 2026	3.036	22,09%
Em 2027	2.778	20,21%
Total	13.745	100,00%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósitos de garantias de dívidas (BNB) e garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

Instituição	Tipo de Aplicação	30.09.2023	31.12.2022
		Não Circulante	Não Circulante
BNB	CDB	19.181	17.482
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	14.487
Total		19.181	31.969

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 22 de abril de cada ano e a revisão tarifária periódica ocorre na mesma data, a cada 4 anos, sendo a última realizada em 22 de abril de 2023, vide nota explicativa nº. 4.1.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

13.1. Ativos Contratuais (infraestrutura em construção)

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 5,24% a.a. no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2023 (3,79% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.110.318	(235.431)	874.887
Adições	1.486.085	-	1.486.085
Capitalização de juros de empréstimos	149	-	149
Reclassificação	23.273	(23.273)	-
Transferências para ativo intangível	(444.341)	68.200	(376.141)
Transferências para ativo indenizável	(593.593)	94.230	(499.363)
Transferências para ativo imobilizado	(50.418)	-	(50.418)
Reclassificação adiantamentos	16.801	-	16.801
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.548.274	(96.274)	1.452.000
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.413.494	(96.274)	1.317.220
Adições	991.025	-	991.025
Capitalização de juros de empréstimos	56	-	56
Transferências para ativo intangível	(413.097)	-	(413.097)
Transferências para ativo indenizável	(604.447)	-	(604.447)
Saldo em 30 de setembro de 2023	1.387.032	(96.274)	1.290.758

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2023		31.12.2022
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Direito de uso da concessão	1.265.094	(96.274)	1.168.820
Software	121.938	-	121.938
Veículos	-	-	2.402
Total	1.387.032	(96.274)	1.290.758

13.2. Ativo financeiro indenizável da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O ativo financeiro indenizável é mensurado pela base de remuneração regulatória (“BRR”), considerando valor novo de reposição (VNR) estabelecido e homologado pelo órgão regulador (“ANEEL”) no processo de Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente.

Entre os períodos de Revisão Tarifária a Companhia, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como fator de atualização da Base de Remuneração.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros.

Em 30 de setembro de 2023 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da concessão está assim apresentada:

	30.09.2023	31.12.2022
Saldo Inicial	4.939.453	3.912.580
Transferências do ativo contratual	604.447	838.211
Atualização do ativo financeiro da concessão	197.419	191.043
Reclassificações para ativo intangível	-	(2.381)
Atualização do ativo financeiro da concessão - Revisão tarifária (nota 4.1)*	158.534	-
Reclassificações para ativo intangível - Revisão tarifária (nota 4.1 e 13.3)**	(40.286)	-
Saldo Final	5.859.567	4.939.453

(*) O valor de R\$ 158.534 foi reconhecido para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023 (vide nota explicativa nº. 4.1). A contrapartida, foi reconhecida como atualização do ativo financeiro da concessão, no resultado do período (vide nova explicativa nº 26).

(**) O valor de R\$ 40.286 foi reclassificado para o ativo intangível, para ajustar a nova Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL, de acordo com a revisão tarifária ocorrida em 18 de abril de 2023 (vide nota explicativa nº. 4.1).

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

13.3. Ativo Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	30.09.2023			31.12.2022
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	5.774.825	(3.509.382)	(226.080)	2.039.363
Software	625.641	(329.471)	-	296.170
Bens de renda	464	(360)	-	104
Total	6.400.930	(3.839.213)	(226.080)	2.335.637

	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.779.965	(3.548.623)	(261.692)	1.969.650
Baixas	(26.483)	24.736	-	(1.747)
Amortização	-	(318.077)	59.253	(258.824)
Transferência dos ativos contratuais	444.341	-	(68.200)	376.141
Reclassificações	357	(357)	-	-
Transferência dos ativos imobilizados	(81.076)	152.503	3.514	74.941
Saldos em 30 de setembro de 2022	6.117.104	(3.689.818)	(267.125)	2.160.161
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.316.436	(3.762.821)	(259.414)	2.294.201
Baixas (a)	(368.890)	338.885	-	(30.005)
Amortização	-	(415.276)	33.334	(381.942)
Transferência dos ativos contratuais	413.098	-	-	413.098
Reclassificações do ativo indenizável - Revisão tarifária (nota 4.1 e 13.2)	40.286	-	-	40.286
Saldo em 30 de setembro de 2023	6.400.930	(3.839.212)	(226.080)	2.335.638

(a) Do total do efeito das baixas no período no montante de R\$ 30.005, R\$ 28.090 foram reconhecidos como resultado da revisão tarifária e considerando a nova Base de Remuneração Regulatória (BRR) homologada pela ANEEL (nota explicativa nº 4.1).

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

14. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, A Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de Setembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adição / (Reversão)	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	30.09.2023
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	5.134	-	-	(228)	-	4.906
Máquinas e equipamentos	41.481	-	-	(14.121)	2.603	29.963
Veículos	860	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	22.636	-	-	(5)	2.282	24.913
Subtotal	70.111	-	-	(14.354)	4.885	60.642
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(759)	-	(120)	164	-	(715)
Máquinas e equipamentos	(36.999)	-	(1.076)	14.169	-	(23.906)
Veículos	(546)	-	(49)	-	-	(595)
Móveis e utensílios	(9.580)	-	(1.197)	5	-	(10.772)
Subtotal	(47.884)	-	(2.442)	14.338	-	(35.988)
Imobilizado em curso						
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	572	11.128	-	-	(2.071)	9.629
Máquinas e equipamentos	2.792	1.742	-	-	(532)	4.002
Veículos	762	-	-	-	-	762
Móveis e utensílios	5.442	4.471	-	-	(2.282)	7.631
Subtotal	9.568	17.341	-	-	(4.885)	22.024
Total do imobilizado	31.795	17.341	(2.442)	(16)	-	46.678
Ativo de direito de uso						
Terrenos	184	1.291	(697)	-	-	778
Imóveis	29.396	3.504	(4.452)	-	-	28.448
Veículos e outros meios de transporte	5.967	-	(5.169)	-	-	798
Subtotal	35.547	4.795	(10.318)	-	-	30.024
Total	67.342	22.136	(12.760)	(16)	-	76.702

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2021	Adição / (Reversão)	Depreciação / Amortização	Baixa	Transferência	Reclassificação	30.09.2022
Imobilizado em serviço							
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	934	-	-	-	1.984	(296)	2.622
Máquinas e equipamentos	38.989	-	-	(103)	1.715	2.234	42.835
Veículos	860	-	-	-	-	-	860
Móveis e utensílios	10.838	-	-	-	9.816	(1.597)	19.057
Subtotal	51.621	-	-	(103)	13.515	341	65.374
Depreciação acumulada							
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(704)	-	(22)	-	-	-	(726)
Máquinas e equipamentos	(36.261)	-	(955)	103	-	(72)	(37.185)
Veículos	(2.048)	-	(49)	-	-	1.567	(530)
Móveis e utensílios	(8.694)	-	(550)	-	-	-	(9.244)
Subtotal	(47.707)	-	(1.576)	103	-	1.495	(47.685)
Imobilizado em curso							
Terreno	-	(17)	-	-	17	-	-
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	762	(7.899)	-	-	37.089	(29.204)	748
Máquinas e equipamentos	43.731	319	-	-	(192)	(40.430)	3.428
Veículos	6.619	-	-	-	-	(5.857)	762
Móveis e utensílios	3.577	1.333	-	-	(11)	757	5.656
Subtotal	54.689	(6.264)	-	-	36.903	(74.734)	10.594
Total do imobilizado	58.603	(6.264)	(1.576)	-	50.418	(72.898)	28.283
Ativo de direito de uso							
Terrenos	149	819	(209)	-	-	(475)	284
Imóveis	(2.154)	32.091	(8.003)	-	-	3.470	25.404
Veículos e outros meios de transporte	23.548	-	(9.408)	-	-	(5.037)	9.103
Subtotal	21.543	32.910	(17.620)	-	-	(2.042)	34.791
Total	80.146	26.646	(19.196)	-	50.418	(74.940)	63.074

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 30 de setembro de 2023:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	0,92
Imóveis	3,75
Veículos	0,67

15. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 31.1.1.

	30.09.2023	31.12.2022
Compra de Energia	446.726	438.031
Compra de Energia com partes relacionadas (nota 30)	3.235	814
Encargo de Uso da Rede	99.675	95.705
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas (nota 30)	-	343
Total energia	549.636	534.893
Materiais e serviços	488.973	620.617
Materiais e serviços com partes relacionadas (nota 30)	238.870	219.257
Total fornecedores	1.277.479	1.374.767

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 30 de setembro de 2023, o montante destas operações é de R\$ 92.650 (R\$ 119.675 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

16.1. Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	30.09.2023						31.12.2022								
	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante	
	Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		Encargos	Principal	Total	Principal	Marcação a mercado	Total		
Moeda estrangeira:															
União Federal – Bônus de Desconto	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	70	5.954	-	5.954	6.024
União Federal – Bônus ao Par	-	-	-	-	-	-	-	110	-	110	8.533	-	8.533	8.643	
SCOTIABANK 4131 III	-	-	-	-	-	-	-	2.464	406.799	409.263	-	-	-	409.263	
BNP 4131 II - COELCE	14	118.507	118.521	-	-	-	118.521	685	-	685	122.503	-	122.503	123.188	
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	-	-	-	-	-	-	-	1.458	209.393	210.851	-	-	-	210.851	
Sumitomo 4131 - COELCE	2.474	-	2.474	252.375	-	252.375	254.849	1.155	-	1.155	260.885	-	260.885	262.040	
Citibank 4131 - COELCE	393	-	393	277.613	-	277.613	278.006	3.896	-	3.896	286.973	-	286.973	290.869	
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	170	-	170	224.837	(2.380)	222.457	222.627	3.483	-	3.483	232.419	7.098	239.517	243.000	
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	2.421	-	2.421	122.994	(1.861)	121.133	123.554	770	-	770	127.142	2.654	129.796	130.566	
Empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira	5.472	118.507	123.979	877.819	(4.241)	873.578	997.557	14.091	616.192	630.283	1.044.409	9.752	1.054.161	1.684.444	
Moeda nacional:															
Empréstimos e financiamentos															
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	-	-	-	-	-	-	-	3	2.061	2.064	-	-	-	2.064	
FINEP	1	45	46	240	-	240	286	2	94	96	572	-	572	668	
BNB II	140	43.184	43.324	176.461	-	176.461	219.785	269	44.101	44.370	211.656	-	211.656	256.026	
Empréstimos e financiamentos - Moeda nacional	141	43.229	43.370	176.701	-	176.701	220.071	274	46.256	46.530	212.228	-	212.228	258.758	
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas															
Enel Finance International II	-	-	-	-	-	-	-	453	274.429	274.882	-	-	-	274.882	
Enel Finance International N.V.	5.259	-	5.259	500.000	-	500.000	505.259	26.661	-	26.661	500.000	-	500.000	526.661	
Mútuos Enel BR	17.413	282.371	299.784	-	-	-	299.784	-	150.775	150.775	-	-	-	150.775	
Total de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	22.672	282.371	305.043	500.000	-	500.000	805.043	27.114	425.204	452.318	500.000	-	500.000	952.318	
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	28.285	444.107	472.392	1.554.520	(4.241)	1.550.279	2.022.671	41.479	1.087.652	1.129.131	1.756.637	9.752	1.766.389	2.895.520	

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

16.2. As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	90.507	15/03/2023	31/10/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XV	10.654	27/03/2023	31/10/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVI	156.047	20/04/2023	31/10/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	25.164	25/04/2023	31/10/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,10% a.a.	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR XVIII	100.423	20/06/2023	30/06/2023	Bullet	Bullet	CDI + 1,60% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI III - Credit Agreement	508.182	06/01/2023	06/02/2023	Bullet	Bullet	EUR + 4,00 a.a.	Capital de giro	N/A

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNDSE FINAME (Capex 2012-2013)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
EFI II - Credit Agreement	270.603	13/12/2022	12/06/2023	Bullet	Bullet	EURIBOR + 0,94 a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	210.000	16/07/2021	17/07/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,51% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131III	400.000	06/01/2021	06/01/2023	Bullet	Semestral	USD + 1,225% a.a.	Capital de giro	N/A
União Federal – Bônus de Desconto	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Mútuo Coelce - Enel BR IX	50.278	20/07/2022	13/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,65%	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - Enel BR X	100.497	22/08/2022	13/01/2023	Bullet	Bullet	CDI + 0,96%	Capital de giro	N/A

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
BNP 4131 II - COELCE	135.000	01/04/2021	28/03/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
Sumitomo 4131 - COELCE	278.250	15/10/2021	15/10/2024	Bullet	Semestral	USD + 2,13% a.a.	Capital de giro	N/A
EFI - Credit Agreement	500.000	02/03/2021	02/03/2025	Bullet	Bullet	CDI + 1,18% a.a.	Capital de giro	N/A
CITIBANK 4131 - COELCE	271.700	24/03/2022	21/03/2025	Bullet	Anual	USD SOFR + 0,91% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	130.000	21/11/2022	21/11/2025	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	230.000	23/09/2022	23/09/2026	Bullet	Anual	USD + 5,45% a.a.	Capital de giro	N/A
FINEP	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária
BNB II	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
Moeda Nacional				
CDI	805.045	39,80%	677.436	23,40%
TJLP	286	0,01%	668	0,02%
Taxa fixa	719.551	35,57%	1.389.615	47,99%
IPCA	219.785	10,87%	256.026	8,84%
Moeda Estrangeira				
Libor	-	0,00%	6.024	0,21%
USD SOFR	278.006	13,74%	290.869	10,05%
EURIBOR	-	0,00%	274.882	9,49%
Total	2.022.673	100%	2.895.520	100%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de swap, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de swap pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 III	CDI + 0,80% a.a
BNP 4131 II - COELCE	CDI + 1,18% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE IV	CDI + 1,25% a.a
SUMITOMO 4131 - COELCE	CDI + 1,12% a.a
CITIBANK 4131 - COELCE	CDI + 1,17% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	CDI + 1,62% a.a
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	CDI + 1,39% a.a
ITAU 4131 EFI II SWAP - COELCE	CDI + 0,30% a.a
ITAU 4131 EFI III SWAP - COELCE	CDI + 1,44% a.a

16.4. Em 30 de setembro de 2023, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

30.09.2023					
2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total não Circulante
264.696	949.897	274.127	49.290	12.269	1.550.279

16.5. Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	30.09.2023
	%
Moeda Nacional	
CDI	12,65
SELIC	12,75
Moeda Estrangeira	
USD SOFR	5,31

16.6. Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	282.726	762.506	137.905	1.084.578	2.267.715
Captações	957.419	-	-	501.700	1.459.119
Encargos provisionados	93.724	-	16.839	-	110.563
Encargos pagos	(103.476)	-	(18.406)	-	(121.882)
Variação monetária e cambial	-	15.863	(41.081)	20.611	(4.607)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	2.930	2.930
Transferências	54.409	(54.409)	659.039	(659.039)	-
Amortizações	(1.080.371)	-	(112.184)	-	(1.192.555)
Saldos em 30 de setembro de 2022	204.431	723.960	642.112	950.780	2.521.283
Saldo em 31 de dezembro de 2022	223.966	712.228	905.165	1.054.161	2.895.520
Captações	382.795	-	508.182	-	890.977
Encargos provisionados	86.872	-	42.691	-	129.563
Encargos pagos	(90.994)	-	(51.765)	-	(142.759)
Variação monetária e cambial	-	8.346	(43.951)	(29.889)	(65.494)
Marcação à mercado Dívida	-	-	-	(13.993)	(13.993)
Transferências	43.873	(43.873)	136.701	(136.701)	-
Amortizações	(298.099)	-	(1.373.044)	-	(1.671.143)
Saldo em 30 de setembro de 2023	348.413	676.701	123.979	873.578	2.022.671

16.7. Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
Scotiabank, Sumitomo, BNP e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

SCOTIABANK 4131, BNP 4131, SUMITOMO 4131 E CITIBANK 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).

Em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 31.1.1.

17.1. Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	30.09.2023					31.12.2022					
	Circulante		Não circulante		Total Circulante + Não Circulante	Circulante		Não circulante		Total Circulante + Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado		Encargos	Principal	Principal	Marcação a mercado		
2ª Série 5ª emissão	3.583	102.377	105.960	102.377	-	208.337	503	98.650	98.650	-	197.803
1ª Série 6ª emissão	-	-	-	-	-	-	241	40.000	-	-	40.241
2ª Série 6ª emissão	6.547	181.320	187.867	181.320	-	369.187	918	-	349.438	-	350.356
1ª Série 7ª emissão	-	-	-	-	-	-	6.871	175.000	-	-	181.871
2ª Série 7ª emissão	9.460	390.604	400.064	-	-	400.064	13.449	-	376.384	-	389.833
1ª Série 8ª emissão	14.734	-	14.734	627.621	40.200	682.555	4.647	-	604.772	18.629	628.048
1ª Série 9ª emissão	30.917	-	30.917	950.000	-	980.917	-	-	-	-	-
1ª Série 10ª emissão	26.928	500.000	526.928	-	-	526.928	-	-	-	-	-
1ª Série 11ª emissão	23.723	650.000	673.723	-	-	673.723	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação	-	(11.394)	(11.394)	(21.033)	-	(32.427)	-	(2.866)	(21.694)	-	(24.560)
Total de debêntures	115.892	1.812.907	1.928.799	1.840.285	40.200	3.809.284	26.629	310.784	1.407.550	18.629	1.763.592

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

17.2. As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 9ª emissão	950.000	11/01/2023	10/01/2026	10/01/2026	Semestral	CDI +1,48% a.a	Bullet	950	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 10ª emissão	500.000	19/05/2023	15/05/2024	15/05/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	500	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora
1ª Série 11ª emissão	650.000	30/06/2023	28/06/2024	28/06/2024	Semestral	CDI + 1,65 a.a.	Anual	650	Refinanciamento e reforço de caixa no curso ordinário dos negócios da Emissora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) Debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
2ª Série 5ª emissão	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
2ª Série 7ª emissão	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas
1ª Série 8ª emissão	600.000	30/05/2022	17/05/2032	17/05/2032	Semestral	IPCA + 6,21% a.a.	Bullet	600	Reperfilamento de dívidas

c) Debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 6ª emissão	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a.	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a.	Anual	350	Reperfilamento de dívidas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.3. Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
Moeda Nacional				
CDI	2.170.031	57%	222.112	13%
IPCA	1.639.253	43%	1.541.480	87%
Total	3.809.284	100%	1.763.592	100%

17.4. Em 30 de setembro de 2023, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
2ª Série 5ª emissão	102.377	-	-	-	-	102.377
2ª Série 6ª emissão	-	181.320	-	-	-	181.320
1ª Série 8ª emissão	-	-	-	-	667.821	667.821
1ª Série 9ª emissão	-	-	950.000	-	-	950.000
(-) Custo de transação	(1.472)	(4.696)	(2.446)	(2.293)	(10.126)	(21.033)
Total a amortizar	100.905	176.624	947.554	(2.293)	657.695	1.880.485

17.5. Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	30.09.2023
	%
Moeda Nacional	
CDI	12,65
IPCA	4,61
SELIC	12,75

17.6. Movimentações das debêntures:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	371.330	1.082.623	1.453.953
Captações	-	600.000	600.000
Atualização monetária	-	36.965	36.965
Amortizações	(175.000)	-	(175.000)
Transferências	211.050	(211.050)	-
Encargos provisionados	89.613	-	89.613
Encargos pagos	(71.530)	-	(71.530)
Marcação a Mercado Dívida	-	26.195	26.195
Constituição custo de transação	-	(20.282)	(20.282)
Apropriação custo de transação	2.825	-	2.825
Saldos em 30 de setembro de 2022	428.288	1.514.451	1.942.739
Saldo em 31 de dezembro de 2022	337.413	1.426.179	1.763.592
Captações	1.150.000	950.000	2.100.000
Atualização monetária	14.220	43.505	57.725
Amortizações	(215.000)	-	(215.000)
Encargos provisionados	224.462	-	224.462
Encargos pagos	(135.201)	-	(135.201)
Marcação a Mercado Dívida	-	21.571	21.571
Transferências	557.617	(557.617)	-
Constituição custo de transação	(12.565)	(3.153)	(15.718)
Apropriação custo de transação	7.853	-	7.853
Saldo em 30 de setembro de 2023	1.928.799	1.880.485	3.809.284

18. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 30 de setembro de 2023 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	30.09.2023	31.12.2022	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Obrigações por arrendamento:						
Terrenos	1.290	644	30/09/2024	11	Mensal	de 11,49% a.a até 13,14% a.a
Imóveis	31.354	31.062	30/11/2031	45	Mensal	de 6,72% a.a até 18,38% a.a
Veículos	870	5.893	31/10/2024	8	Mensal	de 11,35% a.a até 11,53% a.a
Total	33.514	37.599				
Circulante	6.746	9.959				
Não circulante	26.768	27.640				
	33.514	37.599				

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	30.09.2023		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2024	10.725	(3.979)	6.746
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	26.930	(11.221)	15.709
Até 2 anos - 2025	7.045	(3.434)	3.611
Até 3 anos - 2026	7.330	(3.186)	4.144
Até 4 anos - 2027	6.415	(2.595)	3.820
Até 5 anos - 2028	6.140	(2.006)	4.134
2029 em diante	13.497	(2.438)	11.059
Total circulante e não circulante	51.152	(17.638)	33.514

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14.200	6.386	20.586
Adições	-	31.738	31.738
Remensuração	-	1.173	1.173
Pagamentos de principal	(15.172)	-	(15.172)
Pagamentos de juros	(5.168)	-	(5.168)
Transferências	15.938	(15.938)	-
Encargos provisionados	1.957	-	1.957
Saldos em 30 de setembro de 2022	11.755	23.359	35.114
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.959	27.640	37.599
Adições	-	3.237	3.237
Remensuração	-	1.558	1.558
Pagamentos de principal	-	(9.288)	(9.288)
Pagamentos de juros	-	(3.445)	(3.445)
Transferências	407	3.446	3.853
Encargos provisionados	(3.620)	3.620	-
Saldo em 30 de setembro de 2023	6.746	26.768	33.514

19. Obrigações fiscais**19.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar**

	30.09.2023	31.12.2022
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	-	34.909
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	4.474	33.155
Total	4.474	68.064

(a) Para o exercício de 2023 a Companhia optou pelo regime de apuração trimestral – vide nota explicativa nº 9.

19.2. Outras obrigações fiscais

	30.09.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	27.087	-	27.087	29.696	-	29.696
Programa de integração social - PIS	5.863	-	5.863	6.342	-	6.342
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	5.479	-	5.479	3.903	-	3.903
Outros tributos e contribuições	251	-	251	191	-	191
Subtotal - Federais	38.680	-	38.680	40.132	-	40.132
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	138.728	1.504	140.232	163.057	1.971	165.028
Refis Parcelamento ICMS	581	-	581	633	-	633
Subtotal - Estaduais	139.309	1.504	140.813	163.690	1.971	165.661
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	3.011	-	3.011	3.055	-	3.055
Outros tributos e contribuições	22	-	22	7	-	7
Subtotal - Municipais	3.033	-	3.033	3.062	-	3.062
Total outros tributos a pagar	181.022	1.504	182.526	206.884	1.971	208.855

(b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. A apuração do ICMS é no mês seguinte da competência e o recolhimento é feito no dia 20 do próprio mês da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



apuração. O saldo em 30 de setembro de 2023 de R\$ 138.726 (R\$ 163.057 em 31 de dezembro de 2022), está principalmente relacionado ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

20. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.09.2023	31.12.2022
Conta de desenvolvimento energético – CDE	27.381	-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	64.777	51.745
Programa de Eficiência Energética (PEE)	49.019	39.555
Outros	875	3.349
Total	142.052	94.649
Circulante	95.524	75.156
Não Circulante	46.528	19.493

21. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

Em 28 de junho de 2022, foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução da ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, como o processo de reajuste tarifário da Companhia já havia ocorrido, a ANEEL efetuou um Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, e iniciou a devolução aos consumidores a partir de 13 de julho de 2022. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 1.043.093 (R\$ 723.724 em 31 de dezembro de 2022).

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de setembro de 2023 o montante total compensado acumulado de R\$ 1.164.649 (R\$ 779.708 em 31 de dezembro de 2022). Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 o montante compensado foi de R\$ 384.941 (R\$ 323.717 em 31 de dezembro de 2022).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	30.09.2023	31.12.2022
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		
Ativo circulante	408.181	429.790
Ativo não circulante	83.770	353.890
Total do Ativo	491.951	783.680
PIS/COFINS - consumidores a restituir		
Passivo circulante	408.182	429.790
Passivo não circulante	129.138	378.607
Total do Passivo	537.320	808.397

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.045.642	1.471.603
Atualizações	50.945	50.945
Compensações	(255.043)	-
Outros	(6.440)	(7.332)
Saldos em 30 de setembro de 2022	835.104	1.515.216
Saldo em 31 de dezembro de 2022	783.680	808.397
Atualizações	42.230	41.386
Compensações	(384.941)	-
Reclassificação (a)	50.982	6.906
Devolução aos consumidores	-	(319.369)
Saldo em 30 de setembro de 2023	491.951	537.320

- a) A Companhia realizou os procedimentos de retificação das obrigações acessórias fiscais para aproveitamento dos créditos tributários, com isso, reclassificou o montante de R\$ 50.982 de Pis e Cofins a recuperar corrente, para Pis e Cofins a recuperar – exclusão ICMS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas 30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**22. Obrigações com benefício pós-emprego**

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar a totalidade das obrigações da patrocinadora junto aos planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), que são administrados pela Fundação Coelce de Seguridade Social FAELCE, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O Plano BD, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O Plano CD, estruturado na modalidade de contribuição definida, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (Benefício Definido, Contribuição Variável, Assistência Médica e FGTS), nos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, segue representada abaixo:

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	63.953	25.362	89.315
Custo do serviço corrente	(456)	(29)	195	773	483
Custo dos juros líquidos	(19)	(7)	4.320	1.368	5.662
Contribuições reais do empregador	(46)	(143)	(4.600)	(3.103)	(7.892)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	351	167	(772)	(709)	(963)
Saldos em 30 de setembro de 2022	(170)	(12)	63.096	23.691	86.605
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	66.799	23.591	90.390
Custo do serviço corrente	21	(91)	152	782	864
Custo dos juros líquidos	(8)	(7)	4.946	1.468	6.399
Contribuições reais do empregador	(31)	(160)	(5.090)	(2.219)	(7.500)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	16	225	1.470	1.216	2.927
Saldo em 30 de setembro de 2023	(2)	(33)	68.277	24.838	93.080
				Circulante	876
				Não Circulante	92.204

Despesas reconhecidas nos resultados dos períodos:

	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Custo do serviço corrente	288	864	161	483
Custos dos juros	2.133	6.399	1.886	5.661
Total de despesas	2.421	7.263	2.047	6.144

O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2023, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimônios dos planos de aposentadoria. Não houve avaliação atuarial para o período findo em 30 de setembro de 2023. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A atualização da taxa de desconto e dos patrimônios, realizada para o semestre findo em 30 de junho de 2023, ocasionou um aumento de R\$ 2.927 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

23. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas informações intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

23.1. Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2022	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30.09.2023
Trabalhistas (a)	47.144	5.963	(4.046)	3.182	(6.380)	45.863
Cíveis (b)	149.139	52.196	(31.483)	34.090	(33.082)	170.860
Fiscais	233	13	-	-	(246)	-
Regulatório (c)	33.542	17.511	-	1.960	(18.275)	34.738
Sub-total	230.058	75.683	(35.529)	39.232	(57.983)	251.461
Outros Provisões (d)	2.152	-	-	-	(1.036)	1.116
Total	232.210	75.683	(35.529)	39.232	(59.019)	252.577

	31.12.2021	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2022
Trabalhistas (a)	35.387	21.738	(9.140)	5.622	(6.462)	47.144
Cíveis (b)	136.829	66.424	(49.291)	32.886	(37.709)	149.139
Fiscais	10	965	-	-	(742)	233
Regulatório (c)	69.129	-	(5.468)	2.063	(32.182)	33.542
Sub-total	241.355	89.127	(63.899)	40.571	(77.095)	230.058
Outros Provisões (d)	3.987	-	-	-	(1.835)	2.152
Total	245.342	89.127	(63.899)	40.571	(78.930)	232.210

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem pedidos de indenização por acidente, responsabilidade solidária e/ou subsidiária decorrentes de processos envolvendo empregados terceirizados, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Processos cíveis**

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Processos regulatórios**Processos regulatórios em fase judicial:**

- c.1)** Auto de Infração SFE-0032-18, relacionado a geração distribuída, no valor original de R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020, houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435 e juros de R\$ 547. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2023 corresponde a R\$5.522, que permanece em discussão judicial. O valor restante de R\$ 5.020 está classificado como possível.
- c.2)** Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, referente a contratos de seguro firmados por consumidores da COELCE, recorrido pela Companhia em agosto de 2022, e está em discussão no âmbito judicial. Sendo o valor atual da multa R\$ 1.691. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2023 corresponde a R\$2.744.
- c.3)** Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia em agosto de 2015, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2023 corresponde a R\$24.093. O processo está em discussão no âmbito judicial.

Processos regulatórios em fase administrativa:

- c.4)** Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE – relacionado a teleatendimento. A ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10 de março de 2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793. Em 05 de setembro de 2022, a Procuradoria Federal emitiu parecer que opinou por converter a penalidade de multa aplicada à Não Conformidade N.5 em advertência, bem como alterar o valor total da penalidade de multa para R\$ 2.905, resultando na reversão de R\$ 887, em setembro de 2022. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional. Em novembro de 2022, houve deliberação final do processo pela ANEEL, onde foi determinado o pagamento de R\$ 2.905. A Companhia decidiu parcelar o pagamento em 36 parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 20% do valor total da multa, principal e juros, atualizada para dezembro de 2022 no valor de R\$791. A Companhia deverá pagar as demais 35 parcelas em valores atualizados mensalmente pela SELIC, o saldo a pagar em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 2.337. Até setembro de 2023, a Companhia pagou R\$ 764 referentes às parcelas 2 a 10 do Auto de Infração, sendo R\$ 598 e R\$ 166 referentes ao valor do principal e atualização financeira, respectivamente. Além disso, houve atualização financeira de R\$ 233 sobre o saldo do valor principal.
- c.5)** Auto de infração nº 0001/2023/ARCE referente a fiscalização no tema de novas conexões com necessidade de obra, emitido pela Agência Reguladora do Estado do Ceará – ARCE em abril de 2023, cujo valor final da multa foi de R\$ 17.510. A Companhia optou por realizar o pagamento integral do auto de infração em 22 de abril de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



d) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

23.2. Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	30.09.2023	31.12.2022
Trabalhistas (a)	154.160	206.571
Cíveis (b)	2.307.161	2.127.028
Fiscais (c)	1.297.606	1.016.538
Juizados especiais	16.357	1.150
Regulatórios	6.115	5.697
Total	3.781.399	3.356.984

a) Processos trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se também, 24 ações previdenciárias que totalizam R\$ 27.072 em 30 de setembro de 2023 (45 ações - R\$ 112.148 em 31 de dezembro de 2022).

b) Processos cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

b.1) Revisão Tarifária 2022: Foram ajuizadas ações por OAB/CE, Deputado Federal Heitor Freire, Senador Eduardo Girão, MPF (MPCE/DECON), PROCON/ALCE e Adriano Alves Pessoa, alegando a nulidade da Resolução Homologatória nº 3.026, de 19 de abril de 2022, que autorizou o reajuste tarifário anual do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Companhia no percentual médio de 24,85%. Em comum, todas as ações afirmam que o índice é abusivo pelo seu próprio valor e pelo contexto da pandemia. Em todas essas ações, a Companhia argumenta que os reajustes tarifários respeitam a legalidade do sistema regulatório brasileiro e, portanto, o reajuste aplicado é legítimo. A Companhia apresentou manifestação preliminar e contestação em todas as ações e em setembro de 2022 o juízo denegou a medida cautelar de suspensão do reajuste solicitada. Dada a semelhança entre os pedidos das respectivas ações, foi determinado que fossem agrupadas perante o mesmo juízo, para serem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



julgadas em conjunto. Em novembro de 2022 o Ministério Público Federal opinou pela pertinência da ação. Aguarda-se a prolação de sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o índice de reajuste deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.

- b.2)** Revisão Tarifária 2010 –O Ministério Público Federal questionou o contrato bilateral de compra de energia elétrica firmado entre a Central Geradora Termelétrica Fortaleza S/A (CGTF) e a Companhia Energética do Ceará (COELCE), à época empresas do mesmo grupo econômico, relativamente ao preço alto da energia contratada. Requereu-se a suspensão dos reajustes tarifários realizados desde 2008 e a restituição dos excessos. O juízo de primeira instância acatou em abril de 2014 o pedido de declaração de ilegalidade das receitas auferidas em função da “Parcela A” (parcela não administrável da alíquota, cuja composição foi modificada em 2009), denegando os demais pedidos do Ministério Público, tais como a declaração de ilegalidade do contrato. Tanto a Companhia, quanto a ANEEL interpuseram recursos perante o Tribunal Regional Federal, os quais foram denegados em maio de 2015. O caso foi levado para o STJ e STF. Em dezembro de 2020, o STJ conheceu e negou provimento aos Recursos Especiais, decisão que teve a oposição de embargos de declaração, donde desde então aguarda-se decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.
- b.3)** IPEDC – Exclusão das perdas não-técnicas do cálculo da tarifa: O Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica, Ensino e de Defesa dos Consumidores (IPEDC) questiona a inclusão dos custos com furto de energia refletidos pelas distribuidoras na tarifa, pois esse prejuízo seria um risco comercial. Para tanto, alega que os consumidores não poderiam pagar pelo furto de energia de outras pessoas e que a distribuidora deveria tomar as medidas necessárias para reduzi-lo. Os pedidos do processo já haviam sido julgados improcedentes em março de 2020. Após interposição de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, em novembro de 2020 a sentença foi anulada e o processo retornou à primeira instância para o complemento da instrução processual (perícia). Perito foi designado pelo juízo em novembro de 2022 e os trabalhos periciais foram concluídos em abril de 2023, cujo laudo pericial demonstrou a validade e solidez do procedimento tarifário da ANEEL. Após manifestação das partes, o processo aguarda prolação de sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.
- b.4)** DPCE – Declaração de ilegalidade da cobrança dos TOI’s durante a ReN nº 456/2000: A Defensoria Pública do Estado do Ceará requereu a declaração de ilegalidade da cobrança e da suspensão do fornecimento de energia elétrica, através da aplicação de TOI’s pela Companhia por ser procedimento ilegal e unilateral, solicitando ainda, a restituição dos valores indevidamente pagos pelos consumidores. Apesar de a ANEEL estar no processo – o que deveria levar o caso à justiça federal, o juízo de primeira instância declarou em maio de 2009 serem ilegais todas as cobranças feitas sob os TOI e ordenou o reembolso em dobro dos valores pagos pelos consumidores. Os respectivos recursos de apelação foram interpostos e em outubro de 2019 o TJCE manteve a sentença inalterada. O caso foi levado para o STJ e STF e aguarda decisão do Relator do recurso especial (STJ). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, o valor respectivo deverá ser deduzido da próxima revisão tarifária oportunamente deferida; dado o atual andamento do processo, não é passível de se quantificar os montantes relacionados.
- b.5)** COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL – Revisão do valor pago pelo uso dos ativos de algumas cooperativas: Seis cooperativas rurais de energia elétrica (Coperca, Coerce, Cerbo, Cerca, Cerva e Coperva) mantêm ações judiciais para revisar o valor do aluguel pelo uso dos seus ativos de distribuição de energia elétrica localizados na zona rural. Apesar de a companhia pagar regularmente referido aluguel, a discussão sobre a propriedade desses ativos está pendente de decisão, uma vez que eles são mantidos, ampliados e já teriam sido substituídos pela concessionária ao longo dos quase quarenta anos desses contratos e, quanto aos ativos das cooperativas remanescentes, já se encontram integralmente depreciados, conforme manual de contabilidade da Aneel. Os processos se encontram em etapas processuais diferentes, mas em todos os casos se faz necessária uma perícia em campo; nos casos em que essa prova processual foi realizada, constatou-se a depreciação econômica dos ativos remanescentes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver reajuste do valor atualmente pago e eventual pagamento do retroativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.6) ENDICON – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos do Rio de Janeiro (ENEL RJ) e da Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 e o processo ainda se encontra na fase postulatória, aguardando impulso do juízo para início da fase instrutória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização.

b.7) MPCE/DECON – Indenização coletiva em função de má qualidade no serviço da companhia: O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE alega a má prestação do serviço pela ENEL e descumprimento dos termos do contrato de concessão, pelo que exige que o anúncio da venda do controle da concessionária não resulte na paralisação dos serviços, bem como o pagamento de danos morais. A companhia apresentou sua defesa em fevereiro de 2023 e o MPCE/DECON sua réplica em março de 2023. Após esclarecimentos da Companhia, em maio de 2023, o juízo entendeu pela conexão dessa ação civil pública com as ações contra o reajuste tarifário de 2022 e determinou a remessa dos autos para a Justiça Federal no Ceará. O processo já foi recebido pelo juízo federal e aguarda decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver eventual indenização no montante de R\$ 48.900 em 30 de setembro de 2023.

c) Processos fiscais**c1). Temas estaduais**

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia adquirida para consumo próprio; (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (ix) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Em agosto de 2023 a Companhia recebeu 4 novos autos relativos ao item (ix) no valor de R\$ 4.912. Os montantes envolvidos, em todos os casos, incluindo os novos, totalizam R\$ 1.064.897 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 826.174 em 31 de dezembro de 2022).

c2). Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 62.125 e R\$ 5.414 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 57.445 e R\$ 5.102 em 31 de dezembro de 2022).

Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP. Em agosto de 2023 a Companhia recebeu 7 novos autos sobre o tema no valor de R\$ 4.029. O valor total atualizado desses autos, incluindo os novos, em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 88.273 (R\$ 15.210 em 31 de dezembro de 2022).

c3). Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 49.925 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 55.273 em 31 de dezembro de 2022).

d) Regulatórios

No âmbito regulatório, a Companhia possui valores classificados como possíveis referentes a processos administrativos punitivos junto à ARCE/ANEEL, a saber os principais: (i) R\$ 4.656, referente ao Auto de Infração SFE-0032-18, tema geração distribuída e (ii) R\$ 1.041, referente ao Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C, tema Base de Remuneração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23.3. Depósitos vinculados a litígios

Os cauções e depósitos vinculados aos processos judiciais estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica “Depósitos vinculados”, e tais depósitos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia. A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	30.09.2023	31.12.2022
Trabalhistas	20.042	19.010
Cíveis	28.289	24.850
Fiscais	4.469	4.151
Total	52.800	48.011

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 1.282.347 em 30 de setembro de 2023 e R\$ 1.085.347 em 31 de dezembro de 2022. Em 25 de abril de 2023, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 197.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	30.09.2023	31.12.2022
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o estatuto social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Composição acionária

	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A	Classe B	Total (II)		(I) + (II)			
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	27.543	0,06%	3.970.308	14,05%	1.533.222	99,91%	5.503.530	18,48%	5.531.073	7,10%
Outros	976.149	2,03%	13.694.386	48,47%	1.016	0,07%	13.695.402	45,98%	14.671.551	18,84%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,01%	77.855.299	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



d) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos períodos apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

e) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

f) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

g) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide nota explicativa nº 11.

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	30.09.2023	30.09.2022
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	(2.927)	963
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	995	(328)
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(20.321)	(54.129)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	6.909	18.404
Total	(15.344)	(35.090)

i) Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE realizada em 25 de abril de 2023 foram aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando que a Companhia registrou lucro passível de distribuição no montante de R\$ 561.703, tendo sido destinado R\$ 160.976 para pagamento de dividendos e o montante restante, abatido pelo valor de R\$ 2.023 correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), R\$ 398.704 destinado a reserva de reforço de capital de giro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



25. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Numerador (em R\$ mil)				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	85.319	177.147	49.613	240.510
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	50.148	104.121	29.161	141.364
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	2.724	5.656	1.584	7.679
	<u>138.191</u>	<u>286.923</u>	<u>80.358</u>	<u>389.553</u>
Denominador (em unidades de ações)				
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
Percentual por ação				
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)				
Ação ordinária	1,7750	3,6853	1,0321	5,0035
Ação preferencial - Classe A	1,8814	3,9064	1,0940	5,3037
Ação preferencial - Classe B	1,9525	4,0538	1,1352	5,5039

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 30 de Setembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26. Receita Líquida

a) No trimestre

	01.07.2023 a 30.09.2023			01.07.2022 a 30.09.2022		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.498.950	1.331.959	864.898	3.519.858	1.219.348	828.765
Industrial	5.725	110.962	182.450	5.866	135.142	232.896
Comercial	182.547	348.473	412.006	182.045	365.584	392.592
Rural	518.403	304.063	234.860	551.284	281.234	171.629
Poder público	35.099	182.436	180.329	35.838	155.147	147.113
Iluminação pública	12.186	162.041	68.458	11.441	148.142	72.030
Serviço público	5.191	64.965	62.986	5.008	65.904	64.008
Suprimento e revenda	2	3.327	200	2	2.914	297
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(1.002.752)	-	-	(910.928)
Fornecimento faturado	4.258.103	2.508.225	1.003.435	4.311.342	2.373.415	998.402
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	46.893	-	-	(28.516)
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	859	744.411	130.204	675	719.952	130.093
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	1.002.752	-	-	910.928
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(18.178)	-	-	(9.704)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.258.962	3.252.637	2.165.106	4.312.017	3.093.367	2.001.203
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	151.045	-	-	138.630
Subvenção baixa renda	-	-	119.419	-	-	79.341
Subvenção de recursos da CDE	-	-	70.445	-	-	53.309
Receita de construção	-	-	233.787	-	-	662.936
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	-	23.267
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	90.472	-	-	(57.989)
Outras receitas	-	-	43.772	-	-	40.750
Total outras receitas	-	-	708.940	-	-	940.244
Receita operacional bruta	4.258.962	3.252.637	2.874.046	4.312.017	3.093.367	2.941.447
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(388.020)	-	-	(396.038)
COFINS - corrente	-	-	(146.672)	-	-	(150.876)
PIS - corrente	-	-	(31.843)	-	-	(32.756)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(17.605)	-	-	(15.744)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(183.565)	-	-	(140.285)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	144	-	-	1.358
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(2.624)	-	-	(2.691)
ISS	-	-	(1.317)	-	-	(1.643)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(771.502)	-	-	(738.675)
Receita operacional líquida	4.258.962	3.252.637	2.102.544	4.312.017	3.093.367	2.202.772

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) No período de nove meses

	01.01.2023 a 30.09.2023			01.01.2022 a 30.09.2022		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.498.950	3.960.491	2.190.755	3.519.858	3.683.406	2.309.559
Industrial	5.725	330.019	644.384	5.866	388.129	685.603
Comercial	182.547	1.069.904	1.209.566	182.045	1.132.499	1.247.393
Rural	518.403	849.869	602.370	551.284	822.972	556.791
Poder público	35.099	537.730	491.190	35.838	466.495	459.322
Iluminação pública	12.186	454.734	179.470	11.441	472.675	271.664
Serviço público	5.191	191.551	193.691	5.008	219.183	207.421
Suprimento e revenda	2	9.674	759	2	8.791	849
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.916.874)	-	-	(2.618.264)
Fornecimento faturado	4.258.103	7.403.971	2.595.311	4.311.342	7.194.150	3.120.338
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	489.672	-	-	362.928
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	859	2.156.753	380.348	675	2.047.875	349.550
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.916.874	-	-	2.618.264
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(45.327)	-	-	(28.826)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.258.962	9.560.725	6.336.878	4.312.017	9.242.025	6.422.254
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	471.848	-	-	637.876
Subvenção baixa renda	-	-	311.604	-	-	200.140
Subvenção de recursos da CDE	-	-	175.344	-	-	168.286
Receita de construção	-	-	991.025	-	-	1.486.702
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	17.091	-	-	59.825
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	355.954	-	-	136.977
Outras receitas	-	-	138.055	-	-	123.532
Total outras receitas	-	-	2.460.921	-	-	2.813.338
Receita operacional bruta	4.258.962	9.560.725	8.797.799	4.312.017	9.242.025	9.235.592
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	(1.155.891)	-	-	(1.477.524)
COFINS - corrente	-	-	(485.904)	-	-	(476.121)
PIS - corrente	-	-	(105.492)	-	-	(103.368)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(50.617)	-	-	(46.487)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(513.897)	-	-	(425.483)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	888	-	-	(348.072)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(7.938)	-	-	(7.640)
ISS	-	-	(4.691)	-	-	(5.031)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.323.542)	-	-	(2.889.726)
Receita operacional líquida	4.258.962	9.560.725	6.474.257	4.312.017	9.242.025	6.345.866

27. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

a) No trimestre

	01.07.2023 a 30.09.2023					01.07.2022 a 30.09.2022						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(38.668)	-	(14.510)	-	-	(53.178)	(21.677)	-	(9.871)	-	-	(31.548)
Material	(3.956)	-	317	-	-	(3.639)	(8.872)	-	8.164	-	-	(708)
Serviços de terceiros	(143.194)	(12.454)	(12.725)	-	-	(168.373)	(147.015)	(2.882)	(7.764)	-	-	(157.661)
Energia elétrica comprada para revenda	(866.613)	-	-	-	-	(866.613)	(864.957)	-	-	-	-	(864.957)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(192.923)	-	-	-	-	(192.923)	(190.382)	-	-	-	-	(190.382)
Depreciação e amortização	(121.107)	-	(3.556)	-	-	(124.663)	(62.843)	-	(5,258)	-	-	(68.101)
Custo na desativação de bens	(28.677)	-	-	-	-	(28.677)	(1.661)	-	-	-	-	(1.661)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(34.837)	-	(34.837)	-	-	-	(27,643)	-	(27.643)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(9,283)	-	(9,283)	-	-	-	(1,637)	-	(1,637)
Custo de construção	(233,787)	-	-	-	-	(233,787)	(662,936)	-	-	-	-	(662,936)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(2,966)	-	-	(2,966)	-	-	(2,789)	-	-	(2,789)
Outras despesas operacionais	(18,266)	-	(10,877)	-	(229)	(29,372)	(14,188)	-	(21,577)	-	107	(35,658)
Receita de multas por impropriedade de clientes	-	-	-	-	16,735	16,735	-	-	-	-	15,872	15,872
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	1,830	1,830	-	-	-	-	2,361	2,361
Subtotal	(1.647.191)	(12.454)	(44.317)	(44.120)	18.336	(1.729.746)	(1.974.531)	(2.882)	(39.095)	(29.280)	18.340	(2.027.448)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



b) No período de nove meses

	01.01.2023 a 30.09.2023					01.01.2022 a 30.09.2022						
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesa gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesa gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras	Total
Pessoal	(104.289)	-	(42.040)	-	-	(146.329)	(87.912)	-	(30.734)	-	-	(118.646)
Material	(36.810)	-	(890)	-	-	(37.700)	(32.710)	-	13.035	-	-	(19.675)
Serviços de terceiros	(488.890)	(19.104)	(37.641)	-	-	(545.635)	(434.640)	(7.175)	(40.155)	-	-	(481.970)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.534.892)	-	-	-	-	(2.534.892)	(2.489.428)	-	-	-	-	(2.489.428)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(606.310)	-	-	-	-	(606.310)	(543.645)	-	-	-	-	(543.645)
Depreciação e amortização	(358.147)	-	(12.759)	-	-	(370.906)	(238.066)	-	(19.196)	-	-	(257.262)
Custo na desativação de bens	(33.724)	-	-	-	-	(33.724)	(893)	-	-	-	-	(893)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(130.888)	-	(130.888)	-	-	-	(100.147)	-	(100.147)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(20.905)	-	(20.905)	-	-	-	(11.329)	-	(11.329)
Custo de construção	(991.025)	-	-	-	-	(991.025)	(1.486.702)	-	-	-	-	(1.486.702)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	-	-	(36.195)	-	-	(36.195)	-	-	(16.952)	-	-	(16.952)
Outras despesas operacionais	(46.798)	-	(33.427)	-	(910)	(81.135)	(46.332)	-	(34.549)	-	(178)	(81.059)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	49.647	49.647	-	-	-	-	67.603	67.603
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	3.087	3.087	-	-	-	-	6.188	6.188
Subtotal	(5.200.889)	(19.104)	(162.952)	(151.793)	51.824	(5.482.910)	(5.360.328)	(7.175)	(128.551)	(111.476)	73.813	(5.533.917)

27.1. Custo do serviço de energia elétrica

a) Energia elétrica comprada para revenda

Custo com energia elétrica comprada para revenda

	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	(1.214.839)	(1.116.726)
CCEE - Câmara de comercialização de energia elétrica	(112.238)	(132.489)
CCEAR's - Contratos de comercialização de energia no ambiente regulado	(911.708)	(939.974)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	(102.252)	(120.926)
Eletrobrás termonuclear S/A-Eletronuclear	(104.437)	(104.567)
Cotas de garantia física	(270.517)	(263.401)
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER	-	(33.687)
Risco Hidrológico	(21.185)	-
Outros	(30.913)	(14.249)
(-) Crédito de PIS e COFINS	233.197	236.591
Subtotal	(2.534.892)	(2.489.428)

b) Encargos do uso do sistema de transmissão

Encargo de uso do sistema de transmissão

	01.01.2023 a 30.09.2023	01.01.2022 a 30.09.2022
Rede básica	(422.816)	(347.102)
Encargos de conexão	(35.531)	(36.636)
(-) Crédito de PIS e COFINS	64.660	94.437
Encargo do serviço do sistema - ESS/EER	(212.623)	(254.344)
Total	(606.310)	(543.645)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**28. Resultado financeiro**

	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	13.990	33.419	7.220	17.733
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	14.962	48.736	16.996	39.264
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	(10.595)	30.448	75.438	174.403
Marcação a mercado da dívida	(191)	13.993	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	10.613	17.721	(789)	207
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	2.121	-	-
Juros fundo de pensão	5	15	9	26
Outras receitas financeiras	989	5.839	3.051	11.740
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(1.319)	(5.987)	(4.887)	(11.540)
Subtotal	28.454	146.305	97.038	231.833
Despesas financeiras				
Variação monetária de dívidas	(421)	(8.346)	(5)	(15.861)
Variação monetária de debêntures	(4.271)	(57.725)	11.945	(36.965)
Encargos de dívidas	(43.991)	(129.564)	(33.908)	(110.563)
Juros debêntures	(99.538)	(224.462)	(35.838)	(89.613)
Encargos fundo de pensão	(2.138)	(6.414)	(1.895)	(5.687)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(2.784)	(49.581)	(42.021)	(81.833)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(346)	(39.232)	(8.884)	(28.757)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	1.089	(10.946)	18.633	(9.292)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(37.562)	(121.202)	(58.488)	(122.955)
Dívida - Marcação a mercado	(8.404)	(21.571)	(29.125)	(29.125)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	8	56	43	149
Atualizações de impostos	(871)	(10.464)	(1.395)	(3.656)
Atualização P&D/PEE	(672)	(2.235)	(666)	(2.475)
IOF/IOC	(685)	(3.700)	(1.325)	(8.926)
Apropriação custo de transação	(4.532)	(7.854)	(1.223)	(2.825)
Comissão de fiança e seguro garantia	(615)	(2.828)	(1.104)	(3.397)
Juros em arrendamento	(1.416)	(3.854)	(1.078)	(1.957)
Outras despesas financeiras	(2.848)	(21.791)	(3.995)	(14.404)
Subtotal	(209.997)	(721.713)	(190.329)	(568.142)
Variações cambiais líquidas				
Variação cambial de dívidas	(35.263)	73.821	(51.546)	20.441
Variações cambiais de instrumentos financeiros	35.243	(73.432)	51.100	(19.949)
Variações cambiais de outras operações	166	771	2.449	4.396
Subtotal	146	1.160	2.003	4.888
Total do resultado financeiro	(181.397)	(574.248)	(91.288)	(331.421)

29. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

a) No trimestre

	01.07.2023 a 30.09.2023		01.07.2022 a 30.09.2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(10.947)	(3.950)	(94.714)	(37.588)
Diferidos	(37.296)	(13.420)	30.651	11.066
Incentivo fiscal	12.403	-	35.630	-
Total	(35.840)	(17.370)	(28.433)	(26.522)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	191.401	191.401	374.893	374.893
Adições:				
Gratificação a administradores	(556)	(556)	15.271	15.271
Doações	2.113	2.113	51	51
Perdão de Dívida Indedutível	(2)	(2)	14.874	14.874
Outras despesas indedutíveis	39	39	7	7
Juros sob capital Próprio (JSCP)	-	-	(137.000)	(137.000)
Total das adições	1.594	1.594	(106.797)	(106.797)
Base de cálculo	192.995	192.995	268.096	268.096
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(48.243)	(17.370)	(67.018)	(24.129)
Incentivos fiscais	12.403	-	36.215	-
Ajustes de períodos anteriores	24	-	(3)	-
Total da despesa com tributos	(35.816)	(17.370)	(30.806)	(24.129)
Alíquota efetiva	18,73%	9,08%	7,58%	7,07%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de Setembro de 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) No período de nove meses

	01.01.2023 a 30.09.2023		01.01.2022 a 30.09.2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(12.403)	(4.474)	(96.170)	(38.112)
Diferidos	(92.433)	(33.269)	5.622	2.055
Incentivo fiscal	12.403	-	35.630	-
Total	(92.433)	(37.743)	(54.918)	(36.057)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	417.099	417.099	480.528	480.528
Adições:				
Gratificação a administradores	(115)	(115)	15.457	15.457
Doações	2.355	2.355	191	191
Perdão de Dívida Indedutível	(4)	(4)	14.872	14.872
Outras despesas indedutíveis	32	32	-	-
Juros sob capital Próprio (JSCP)	-	-	(137.000)	(137.000)
Total das adições	2.268	2.268	(106.480)	(106.480)
Base de cálculo	419.367	419.367	374.048	374.048
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(104.836)	(37.743)	(93.500)	(33.664)
Incentivos fiscais	12.403	-	36.215	-
Ajustes de períodos anteriores	-	-	(27)	-
Total da despesa com tributos	(92.433)	(37.743)	(57.312)	(33.664)
Alíquota efetiva	22,16%	9,05%	11,43%	7,50%

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

(b.1) Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados abangentes	
	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	30.09.2022	30.09.2023	30.09.2022
Tributos diferidos ativos:						
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	156.562	-	156.562	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	85.496	78.220	7.276	(5.134)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	63.904	214.417	(150.513)	37.903	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	61.577	60.582	995	(1)	994	(328)
Instrumentos financeiros derivativos - PL	14.563	45.222	(35.710)	15.414	(3.909)	15.185
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.187	698	489	139	-	-
Outras provisões	55.498	41.879	13.618	179	-	-
Total dos diferidos ativos	440.592	442.823	(7.283)	48.500	(2.915)	14.857
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.363)	(1.392)	29	31	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(486.887)	(361.233)	(125.654)	(47.018)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	6.720	2.092	4.628	419	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	-	-	44	43	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	(1.271)	1.271	5.701	-	-
Total dos diferidos passivos	(481.530)	(361.804)	(119.726)	(40.823)	43	-
Ativo/Passivo fiscal diferido, líquido	(40.938)	81.019	(127.009)	7.677	(2.872)	14.857
Realização do benefício fiscal da incorporação			-	-		
Total (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social diferidos			(127.009)	7.677	(2.872)	14.857

(c) Incentivo fiscal

A Companhia conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, a empresa reconheceu benefício fiscal de R\$ 12.403 (R\$ 78.982 reconhecido em 31 de dezembro de 2022).

30. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

30.1. Controladora (Enel Brasil)

Parte relacionada	Vigência	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	30.09.2022
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Prestação de serviços técnicos e gestão	Março de 2020 a Março de 2025	(92.336)	(74.589)	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações	Fevereiro de 2024	(126.818)	(84.852)	-	-
Dividendos	Dezembro de 2022 a dezembro de 2023	(17.754)	(167.456)	-	-
Comissão de Fiança	Julho de 2019 a abril 2028	(217)	(1.401)	(733)	(524)
Mútuo	Julho de 2022 a abril de 2023	(299.786)	(150.775)	(20.330)	(32.625)
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura	Fevereiro de 2024	(19.717)	(28.532)	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(556.627)	(507.605)	(21.063)	(33.149)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas de 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.2. Empresas em controle comum

Natureza da transação / Parte relacionada	Vigência	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	30.09.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Benefícios pós-emprego		(92.204)	(66.799)	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	(92.204)	(66.799)	-	-
Comissão		-	-	-	636
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	-	-	-	636
Prestação de serviços de desenvolvimento		(131)	(230)	787	(19)
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(131)	(230)	787	(19)
Multa contratual		(106)	-	-	-
ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	(106)	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR		(3.235)	(814)	(21.409)	(1.128.314)
ENEL Green Power Projetos I S.A.		(853)	-	(7.660)	(6.911)
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *		-	-	-	(1.116.726)
ENEL Green Power Parapanema		(100)	(100)	(896)	(846)
ENEL Green Power Mourão		(28)	(28)	(252)	(244)
EGP Santa Angela 04		(80)	-	(456)	-
EGP Santa Angela 19		(73)	-	(418)	-
EGP Santa Esperança 13		(55)	-	(299)	-
EGP Santa Angela 05		(85)	-	(483)	-
EGP Santa Angela 08		(77)	-	(440)	-
EGP Santa Angela 03		(84)	-	(476)	-
EGP Santa Angela 11		(69)	-	(392)	-
EGP Santa Angela 07		(62)	-	(349)	-
EGP Santa Angela 06		(86)	-	(487)	-
EGP Santa Angela 15		(81)	-	(457)	-
EGP Santa Angela 14		(73)	-	(411)	-
EGP Santa Angela 09	Até o final da concessão	(75)	-	(431)	-
EGP Santa Angela 17		(79)	-	(449)	-
EGP Santa Angela 21		(73)	-	(413)	-
EGP Santa Angela 1		(83)	-	(469)	-
EGP Santa Angela 2		(86)	-	(485)	-
EGP Santa Angela 10		(73)	-	(414)	-
EGP Santa Angela 20		(83)	-	(469)	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		(80)	-	(445)	-
EGP Santa Esperança 15		(54)	-	(295)	-
EGP Santa Esperança 17		(51)	-	(279)	-
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		(117)	(119)	(617)	(587)
ENEL Green Power Fazenda S.A.		(67)	(70)	(413)	(393)
ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		(192)	(196)	(1.018)	(968)
ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		(164)	(156)	(899)	(850)
ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		(152)	(145)	(835)	(789)
Encargo de uso do sistema de transmissão		-	(343)	(1.103)	(3.008)
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	(343)	(1.103)	(3.008)
Consumo Próprio		-	-	-	64
ENEL Geração Fortaleza - CGTF *	Até o final da concessão	-	-	-	64
Mútuo		(505.259)	(801.543)	(31.324)	(56.117)
ENEL Finance International N.V.	março de 2021 a março de 2025	(505.259)	(526.661)	(31.324)	(56.117)
ENEL Finance International N.V. II	dezembro de 2022 a junho de 2023	-	(274.882)	-	-
Reembolso expatriados		(1.168)	(1.281)	(236)	(343)
ENEL SPA		882	670	211	-
Enel Colombia S.A. E.S.P		(78)	(82)	-	-
ENEL Itália		(96)	(102)	-	(122)
ENEL AMERICAS	Até o final da concessão	(1.088)	(586)	(757)	18
Enel Global Services S.r.l.		552	200	351	112
Enel Grids S.r.l.		(1.340)	(1.381)	(42)	(351)
Venda de ativo imobilizado		(9.977)	-	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO	Dezembro de 2023	(9.977)	-	-	-
Licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e projeto telemando LATAM		(755)	(803)	-	-
Enel Iberia SRL		(755)	(803)	-	-
Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura		(8.192)	(9.533)	-	-
ENEL Distribuição Rio - AMPLA		(2.404)	(2.404)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		(5.723)	(7.052)	-	-
ENEL CIEN S.A.	Fevereiro de 2024	856	845	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(1.383)	(1.383)	-	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		461	461	-	-
		(621.028)	(881.346)	(53.286)	(1.187.101)
		92.204	66.799	-	-
TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		(528.824)	(814.547)	(53.286)	(1.187.101)

(-) Benefícios pós-emprego

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Suprimento de energia – CCEAR e Sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 16.

A seguir quadro com o resumo dos saldos de empréstimos com partes relacionadas:

	30.09.2023			31.12.2022		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Finance International N.V. I	5.259	-	500.000	453	274.429	-
Mútuos Enel BR	17.413	282.373	-	-	150.775	-
Enel Finance International N.V. II	-	-	-	26.661	-	500.000
Total de Empréstimos com partes relacionadas	22.672	282.373	500.000	27.114	425.204	500.000

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2023 a 30.09.2023	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2022 a 30.09.2022	01.01.2022 a 30.09.2022
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	1.259	3.080	1.423	3.740
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	17	51	17	50
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	171	543	109	328
Total	1.447	3.674	1.549	4.118

31. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

31.1. Instrumentos financeiros**31.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Rúbrica	Categoria	Nível*	30.09.2023		31.12.2022	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	168.329	168.329	182.558	182.558
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	185.906	185.906	86.900	86.900
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	19.181	19.181	31.969	31.969
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	2.009.241	2.009.241	1.876.431	1.876.431
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	27.311	27.311	30.022	30.022
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	44.050	44.050	-	-
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	5.859.566	5.859.566	4.939.453	4.939.453
Total do ativo			8.313.584	8.313.584	7.147.333	7.147.333
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.025.116	1.000.352	936.194	903.395
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	3.126.730	3.159.156	1.135.544	1.160.104
Debêntures em moeda nacional marcadas a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	682.555	682.555	628.048	628.048
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	651.376	612.408	1.585.760	1.468.537
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira marcado a mercado	Valor justo por meio de resultado	2	346.181	346.181	373.566	373.566
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	72.667	72.667	81.786	81.786
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	54.956	54.956	21.963	21.963
Arrendamentos	Custo amortizado	2	33.514	33.514	37.599	37.599
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	50.311	50.311	186.130	186.130
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.277.479	1.277.479	1.374.767	1.374.767
Total do passivo			7.320.885	7.289.579	6.361.357	6.235.895

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2023 são os seguintes:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BNP II	01/04/2021	28/03/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,14%	CDI + 1,18%	135.000
Sumitomo	15/10/2021	15/10/2024	Cashflow Hedge	USD + 2,1257%	CDI + 1,12%	278.250
Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge	USD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.300
Efeito no resultado financeiro	(142.903)
Marcação a mercado no resultado	(9.085)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(44.661)
Recebimento de principal	22.816
Pagamento de juros	96.068
Saldos em 30 de setembro de 2022	(70.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(103.749)
Efeito no resultado financeiro	(194.634)
Marcação a mercado no resultado	8.896
Marcação a mercado no patrimônio líquido	644
Recebimento de juros	175.448
Pagamento de juros	(21.214)
Recebimento de principal	51.036
Saldo em 30 de setembro de 2023	(83.573)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 30 de setembro de 2023 estão dispostos abaixo:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
BNP II	(20.341)	(16.550)	(3.792)	-
Sumitomo	(56.258)	(41.397)	(14.861)	-
Citibank	3.932	5.600	(1.668)	-
Itaú I (8ª Debêntures)	7.478	3.521	-	3.957
Itaú II (8ª Debêntures)	5.609	2.641	-	2.968
BTG Pactual (8ª Debêntures)	9.712	4.452	-	5.260
Scotiabank V	(17.294)	(5.487)	-	(11.808)
Scotiabank VI	(16.410)	(11.303)	-	(5.108)
	(83.573)	(58.521)	(20.321)	(4.731)

BNP II

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 30 de setembro de 2023.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
BNP II	USD + 2,14%	118.521	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,14%	(115.088)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,18%	135.430	Cashflow hedge
		20.342	
Sumitomo	USD + 2,1257%	254.849	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,1257%	(241.093)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,12%	297.351	Cashflow hedge
		56.258	
Citibank	USD SOFR + 0,9059%	278.006	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(280.229)	Cashflow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	276.297	Cashflow hedge
		(3.932)	
8ª Debêntures	IPCA + 6,2137%	682.555	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(210.722)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	203.244	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(158.041)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	152.433	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,2137%	(255.563)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	245.850	Fair value hedge
		(22.799)	
Scotiabank V	USD + 5,45%	222.628	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(218.497)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	235.791	Fair value hedge
		17.294	
Scotiabank V	USD + 5,45%	123.554	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(121.261)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	137.672	Fair value hedge
		16.411	

31.1.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

31.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de Setembro de 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Por fim, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável à todas as empresas do Grupo Enel dentro do perímetro da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo a nível local, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 (seis) macros categorias de riscos: financeiro; estratégico; governança e cultura; tecnologia digital; compliance; operacional; e 37 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos Brasil possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos da Companhia, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto financeiro dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Proprietários do Risco ("Risk Owners").

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável é diretamente responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas
30 de setembro de 2023



(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2023 é:

	Nota	30.09.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	168.329	182.558
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	185.906	86.900
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	b.1.2	2.009.241	1.876.431
Ativos financeiros setoriais	b.1.3	27.311	30.022
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	5.859.566	4.939.453
Total de exposição		8.250.353	7.115.364

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de setembro de 2023, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2023	31.12.2022
AAA	288.617	226.935
AA+	39.151	17.249
Total geral	327.768	244.184

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Instrumentos Financeiros Derivativos	30.09.2023	31.12.2022
AA-	(83.573)	(103.749)
Total geral	(83.573)	(103.749)

b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de Capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.09.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	2.022.673	2.895.520
Debentures (Nota 17)	3.809.285	1.763.592
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 31)	83.573	103.749
Dívida	5.915.531	4.762.861
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(168.329)	(182.558)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(185.906)	(86.900)
Dívida líquida (a)	5.561.296	4.493.403
Patrimônio líquido (b) (Nota 24)	4.242.319	3.956.902
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	57%	53%

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2023 é de 57% (53% em 31 de dezembro de 2022), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 100.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, Nº 1.540, Nº 3.754 e Nº 647, no valor de até R\$ 2.150.000.

Do total de dívida no Passivo Circulante de R\$ 2.401.191, R\$ 299.784 se referem a créditos com a controladora Enel Brasil que possuem exigibilidade flexível, com vencimentos podendo ser renegociados por prazos suficientes até que a Companhia demonstre capacidade financeira para liquidar essas dívidas sem comprometer seus índices de endividamento e capacidade de pagamento.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International* (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. Em 30 de setembro de 2023, o saldo de empréstimos com a EFI no Passivo Circulante era de R\$ 5.259, também com possibilidade de refinanciamento.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de setembro de 2023						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.746	3.358	138.509	640.444	-	785.057
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	3.887	7.883	55.661	470.391	63	537.884
Debêntures	(1.300)	217.882	1.958.583	1.574.485	787.845	4.537.494
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	303.076	-	68.540	530.409	-	902.025
Total	308.408	229.123	2.221.294	3.215.728	787.907	6.762.460

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASNotas Explicativas
30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 30 de setembro de 2023						
Instrumentos financeiros derivativos – pagamentos / (recebimentos)	16.802	27.926	84.698	171.435	23.468	324.329
Total	16.802	27.926	84.698	171.435	23.468	324.329

b.4) Riscos de mercado**b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	30.09.2023	%	31.12.2022	%
Selic	26.454	0,17%	248	0,10%
CDI	301.314	99,83%	243.936	99,90%
Total	327.768	100,00%	244.184	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	30.09.2023	%	31.12.2022	%
IPCA	5.859.566	100,00%	4.939.453	100,00%
Total	5.859.566	100,00%	4.939.453	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	30.09.2023	%	31.12.2022	%
Taxa fixa	(8.814)	-0,15%	30.151	0,63%
TJLP	286	0,00%	668	0,01%
CDI	4.670.678	78,96%	3.530.976	74,14%
IPCA	1.255.601	21,23%	1.194.017	25,07%
Libor	-	0,00%	6.024	0,13%
USD SOFR	(2.223)	-0,04%	4.155	0,09%
EURIBOR 3M	-	0,00%	(3.130)	-0,07%
Total	5.915.528	100,00%	4.762.861	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros e das dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2023 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos (Passivos)	Risco	Base	Cenários projetados - Set.2023		
		30.09.2023	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	26.454	-	-	-
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	301.314	684.983	513.738	17.612
Ativo financeiro indenizável	Redução do IPCA	5.859.567	285.361	214.021	142.680
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	1.684.067	198.757	241.238	282.730
Instrumentos financeiros derivados	Alta do IPCA	(624.326)	(61.521)	(67.339)	(73.109)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	(695.940)	(32.428)	(176.824)	(296.813)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da USD SOFR	(280.229)	(20.433)	(24.891)	(29.348)
Instrumentos financeiros derivados	Alta da EURIBOR	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(32.426)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	719.551	33.381	182.726	306.828
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	286	21	25	29
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	2.986.612	300.429	363.034	424.175
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	1.879.927	153.848	169.645	185.309
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da USD SOFR	278.006	20.433	24.891	29.348
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da EURIBOR	-	-	-	-
			1.562.831	1.440.263	989.441

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido nas notas explicativas nº. 16 e 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BNP 4131 II - COELCE	107	13.456	13.349	24.549	24.442
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PA	(104)	(13.066)	(12.962)	(23.838)	(23.734)
BNP 4131 II - SWAP - COELCE PP	8.630	10.467	1.837	12.259	3.629
Sumitomo 4131 - COELCE	9.386	66.963	57.577	114.807	105.421
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PA	(8.880)	(63.348)	(54.468)	(108.610)	(99.730)
Sumitomo 4131 - SWAP - COELCE PP	36.541	44.345	7.804	51.968	15.427
CITIBANK 4131 - COELCE	20.433	24.891	4.458	29.348	8.915
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	(20.433)	(24.891)	(4.458)	(29.348)	(8.915)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	34.092	41.344	7.252	48.427	14.335
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	67.258	73.620	6.362	79.927	12.669
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	(20.764)	(22.728)	(1.964)	(24.676)	(3.912)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	24.387	29.720	5.333	34.929	10.542
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	(15.573)	(17.046)	(1.473)	(18.507)	(2.934)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	18.290	22.290	4.000	26.197	7.907
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	(25.183)	(27.565)	(2.382)	(29.926)	(4.743)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	29.376	35.827	6.451	42.127	12.751
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	15.362	65.794	50.432	107.701	92.339
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	(15.077)	(64.573)	(49.496)	(105.702)	(90.625)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	30.151	36.342	6.191	42.389	12.238
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	8.526	36.514	27.988	59.772	51.246
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	(8.368)	(35.837)	(27.469)	(58.662)	(50.294)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	17.289	20.903	3.614	24.433	7.144
Total	205.446	253.422	47.976	299.564	94.118

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 30 de setembro de 2023, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 30 de setembro de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30.09.2023

Passivos em moeda estrangeira

Empréstimos e financiamento	997.557
Exposição patrimonial	<u>997.557</u>
Ponta ativa - instrumentos financeiros	<u>(976.168)</u>
Exposição líquida	<u>21.389</u>

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.3) Risco de preço Regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para o repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Outros riscos

c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

c.2) Risco de contratação de energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCS D de energia existente e de energia nova.

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 1.158.899 em 2023, R\$ 2.548.594 em 2024, R\$ 2.503.901 em 2025, R\$ 2.407.719 em 2026, R\$ 2.344.626 em 2027 e R\$ 42.010.371 após 2027.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente em 30 de setembro de 2023, que foram homologados pela ANEEL.

33. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Bens Segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	6.946.262	5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	-	104.946
-	Responsabilidade civil de administradores	10/11/2022	10/11/2023	-	77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	103.723
-	Riscos frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	1.000

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

34. Informações complementares às informações financeiras dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	30.09.2023	30.09.2022
Compensações de PIS e COFINS (nota 21)	(384.941)	(255.043)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas

30 de Setembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30.09.2023	30.09.2022
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(277.960)	(193.263)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(56)	(149)
	(278.016)	(193.412)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	30.09.2023	30.09.2022	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de Debêntures	2.100.000	600.000	17	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	890.977	1.459.119	16	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (principal)	(1.886.143)	(1.192.555)	16	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(9.288)	(15.172)	18	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	(175.448)	(22.816)	31	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	-	(3.237)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(167.456)	-		
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	752.642	825.339		

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Energética do Ceará - Coelce
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.

Fortaleza, 25 de outubro de 2023.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Regulação - vago

Diretor de Compras - vago

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, Fortaleza - CE, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referente ao período de 30 de setembro de 2023.

Fortaleza, 25 de outubro de 2023.

Diretor Presidente - Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores - Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Pessoas e Organização - Alain Rosolino

Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto

Diretora de Comunicação - Janaina Savino Vilella Carro

Diretora Jurídica - Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes - Charles de Capdeville

Diretor de Engenharia e Construção - Fernando Andrade

Diretor de Mercado - Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Regulação - vago

Diretor de Compras - vago